



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CRISTIANE DE SOUZA SANTOS

**UM “KIT” PARA CUIDAR, CONDUTAS PARA GOVERNAR:
PROBLEMATIZAÇÕES DAS PRÁTICAS DO UNICEF DE ATENÇÃO À
INFÂNCIA E FAMÍLIA BRASILEIRA.**

BELÉM
2012

CRISTIANE DE SOUZA SANTOS

**UM “KIT” PARA CUIDAR, CONDUTAS PARA GOVERNAR:
PROBLEMATIZAÇÕES DAS PRÁTICAS DO UNICEF DE ATENÇÃO À
INFÂNCIA E FAMÍLIA BRASILEIRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.

Co – Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Batista Maciel.

**BELÉM
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Santos, Cristiane de Souza

Um “kit” para cuidar, condutas para governar: problematizações das práticas do UNICEF de atenção à infância e família brasileira / Cristiane de Souza Santos; orientadora, Flávia Cristina Silveira Lemos. - 2012.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belém, 2012.

1. Assistência a menores - Política governamental. 2. Crianças - Cuidado e tratamento. 3. Família - Saúde e higiene. 4. UNICEF. I. Título.

CDD - 22. ed. 362.7

CRISTIANE DE SOUZA SANTOS

**UM “KIT” PARA CUIDAR, CONDUTAS PARA GOVERNAR:
PROBLEMATIZAÇÕES DAS PRÁTICAS DO UNICEF DE ATENÇÃO À
INFÂNCIA E FAMÍLIA BRASILEIRA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (Orientadora)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Luis Antonio Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-Marília-SP)

Prof. Dra. Esther Maria de Magalhães Arantes
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Prof. Dr. Pedro Paulo Freire Piani
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA) – Suplente

Prof. Dra Maria Lívia do Nascimento.
Universidade Federal Fluminense (UFF) - Suplente

**Belém
2012**

Dedico esta dissertação aos meus pais,
irmãos e amigos que sonharam esse
sonho comigo.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA, por meio da sua coordenação, secretaria e corpo docente.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Aos funcionários da Biblioteca Central.

A minha orientadora, Professora Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos, a quem carinhosamente posso chamar de Flávia, pela excepcional orientação, por sua confiança e investimento. Pela oportunidade de aprender com você. Aprendizado que está para além desta dissertação. Sua aprimorada capacidade intelectual e sua simplicidade tornaram possível à produção deste trabalho e a construção de uma amizade. Tive o privilégio de tê-la como orientadora!

Aos Professores Dr. Carlos Maciel, Dra. Lívia Nascimento, Dr. Paulo de Tarso pelas importantes contribuições na qualificação desta pesquisa.

Aos colegas do grupo de Estudos e Pesquisa Transversalizando, pela possibilidade de diversas discussões, aprendizado e produção de conhecimento coletivo.

Aos colegas da turma de 2010 do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA.

A minha família, em especial, a minha mãe, uma pessoa que sempre me apoiou incondicionalmente e nunca me deixou desistir diante das dificuldades, sempre me dizendo “pode contar comigo”.

A minha querida Ana Carolina Franco pela parceria na escrita, por dividir comigo as angústias e leituras, enfim, por ser amiga, em toda plenitude que essa palavra contempla.

Aos outros amigos, que nesse percurso, tornaram-se essenciais.

Às irmãs de coração Alessandra Pantoja, Fernanda Bengio, Haila Chagas, Cristilene Dinelly, Adriana Quadros, Carolina Trindade, Kellen Katucha Rocha, Wanessa Pereira, Sue Ellen Rocha, por sempre demonstrarem que “um verdadeiro amigo é mais chegado que um irmão”.

Às famílias brasileiras e crianças deste país!

A Deus, meu Senhor, que abriu todas as portas e tornou tudo isso possível! Obrigada Senhor, pois Tu és fiel.

O meu coração louva o Senhor. A minha alma está alegre por causa de Deus, o meu Salvador. Porque Ele se lembrou de mim, sua humilde serva!

De agora em diante todos vão me chamar de mulher abençoada, Porque o Deus Poderoso fez grandes coisas por mim.

Lucas - 01: 46-49

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo problematizar as práticas de cuidado propostas pelo UNICEF no documento “Kit Família Brasileira Fortalecida”. A metodologia utilizada foi documental, histórica e genealógica, a partir dos trabalhos de Michel Foucault, que encontra na interrogação do presente uma possibilidade de abrir campos de experimentações para uma vida ética, estética e política. O relatório analisado está na disponível na página do UNICEF, no Brasil, na internet, mas também pode ser adquirido em formato de álbum, em material plástico e colorido, sendo que foi distribuído amplamente para trabalhadores sociais de todo o país. A família é definida nesses relatórios a partir de práticas higienistas e moralizadoras, que disciplinam os corpos, operando de forma que possam ser legitimadas em função do caráter de alcance e garantia de direitos que os relatórios enfatizam, em uma perspectiva utilitarista de direitos humanos em consonância com mecanismos biopolíticos de governo da população. Pode-se chegar à conclusão que o UNICEF visa governar a família para governar por meio dela as crianças.

Palavras-chave: Infância; Família; Governo de condutas; Foucault; UNICEF.

ABSTRACT

This dissertation to discuss care practices proposed by UNICEF in the "Kit Família Brasileira Fortalecida." The methodology used was documentary, historical and genealogical, from the works of Michel Foucault, who is in the interrogation of this possibility of an open field trials for an ethical life, aesthetics and politics. The report analyzed is in available on the UNICEF in Brazil, the internet, however, can also be purchased in album format, plastic and colorful, and was widely distributed to social workers across the country. The family is defined in these reports from practice hygienists and moralizing, governing bodies, operating in a manner that may be sanctioned according to the scope and character of warranty rights that the reports emphasize, in a utilitarian perspective of human rights in line biopolitical mechanisms of government of the population. We might conclude that the ruling family UNICEF seeks to rule through her children.

Keywords: Childhood; Family; Government conducts; Foucault; UNICEF.

LISTA DE SIGLAS

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

ONU – Organização das Nações Unidas

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO 1: DEMARCANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA | 14 |
| A emergência do percurso-acontecimento | 14 |
| O documento como matéria de pesquisa | 17 |
| A análise genealógica como método de pesquisa | 19 |
| CAPÍTULO 2: ESTRATÉGIAS DE GOVERNO ATRAVÉS DE MANUAIS | 24 |
| Governar: a arte de conduzir condutas | 24 |
| Disciplina e a gestão do detalhe | 28 |
| Biopolítica | 30 |
| A família e o cuidado nos manuais | 34 |
| CAPÍTULO 3: INVESTIR, GERIR, CUIDAR: PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DO ESTADO E DO UNICEF FRENTE À INFÂNCIA E A FAMÍLIA.. | 38 |
| Historicizando a infância e a família | 38 |
| Notas sobre a infância e a família brasileira | 41 |
| Políticas públicas para o governo dos corpos: a família, a mulher e a criança em cena... | 45 |
| O UNICEF e as estratégias de gestão da infância..... | 51 |
| CAPÍTULO 4: CARTOGRAFIA DO “KIT FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA” | 55 |
| Apontamentos acerca do Kit | 55 |
| A educação da família como estratégia de medicalização da sociedade | 58 |
| Higiene dos corpos e dos espaços | 63 |
| A amamentação | 70 |
| Disciplinando o corpo da mulher para produzir a saúde da criança | 75 |
| Como se alimentar?..... | 80 |
| A visibilidade e a dizibilidade das análises..... | 83 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 85 |

REFERÊNCIAS88

INTRODUÇÃO

A temática de proteção à infância vem sendo alvo de preocupação política tanto do Estado, que constantemente vem implementando políticas públicas específicas, como de Organizações não Governamentais e Organismos Internacionais, como o UNICEF, buscando a efetivação e garantia dos direitos preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente e uma série de outros princípios internacionais no âmbito da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Estudar essa temática leva a refletir cotidianamente a respeito de minha prática profissional. Por ser formada em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, desde 2007. Enquanto acadêmica do curso, sempre procurei participar de encontros e seminários que discutissem esse tema.

Em 2004, participei das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas da Família, Infância e Adolescência (GEPIA). Com a pesquisa realizada durante o curso de especialização, comecei a problematizar as práticas de produção de saúde que se ancoradas em discursos médicos e higienistas.

Atualmente, trabalho em um Centro de Referência de Assistência Social, espaço em que a Política Nacional de Assistência Social deve ser executada, bem como as políticas públicas para a proteção da infância, juventude e família. Desta forma, todos estes atravessamentos dispararam a vontade de escapar a certos determinismos e pela escrita construir outras possibilidades e, o Mestrado em Psicologia se tornou um meio de concretizar estudos que permitissem abrir campos de possibilidades.

Passado um pouco mais de duas décadas da Promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a avaliação que se chega é que há ainda um grande hiato entre as garantias legais e a viabilização de tais direitos. Devemos ressaltar que a atuação de organismos internacionais de defesa dos direitos da criança, no Brasil, além de ser anterior à constituição de marcos legais, como o ECA e a Constituição de 1988 também colaborou para a institucionalização dos mesmos.

A ação desses organismos internacionais, no país (destaco aqui a atuação do UNICEF) tem sido amplamente problematizada por diversos estudos, como os realizados por Fullgraf (2007), Lemos (2009), Rosemberg (2011), Campos (2009), Oliveira (2008).

O UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) é um organismo mundialmente conhecido e cujas práticas se configuram como referência no que diz respeito à

infância e adolescência. O mesmo aponta em seus documentos que a infância deve construir-se como prioridade, no interior da família, a qual tem sido eleita como instância de mediação, articulação, promoção e garantia dos direitos das crianças e dos jovens.

Pesquisando no acervo *on line* deste organismo, chamou atenção à produção numerosa de documentos diversos: relatórios, cartilhas e manuais direcionados à família brasileira. Considerando que os documentos que falam “de” e “para” certo tipo de segmento, como a parcela pobre da população brasileira, constituem-se como importante objeto de análise, uma vez que são inscrições de estratégias de controle da vida dos homens, optamos pela investigação das práticas disparadas pelo documento intitulado “Kit Família Brasileira Fortalecida”, um conjunto de álbuns, instruindo pais e mães como cuidarem de seus filhos.

O investimento e a centralidade na família, entre as mais diversas estratégias de proteções direcionadas à infância, tem se constituído como ação privilegiada seja do Estado, seja de Organismos Internacionais como apontam os trabalhos de Santos (2009), Campos e Campos (2009), Lemos et al. (2010), Fontenele (2007).

No geral, tais estratégias, propõem-se a ofertar medidas pedagógicas para o cuidado da criança, valendo-se de práticas discursivas que sugerem à ideia de autonomia, liberdade e dever, e que consistem, no entanto, em práticas prescritivas, baseadas em um modelo idealizado de família.

A produção de documentos que ensinam a arte do cuidado de crianças não é recente, como demonstram os estudos de Santos (2009), Lima (2007), Cecchin (2008), Malgadi (2007) é uma prática correlata à própria invenção da infância, nas sociedades ocidentais modernas.

A preocupação em gerir esta etapa da vida tem sido alvo de publicações em: revistas especializadas, manuais, enfim uma vasta literatura que se ancora em diversos saberes científicos, segmentando a vida das crianças em etapas do desenvolvimento, esquadrihando e controlando a infância, produzindo modos de ser para cada uma dessas etapas ao apontar o que se configura como normal em cada uma delas.

Desta forma, questionou-se a produção e difusão do kit família brasileira com o objetivo de analisar as estratégias de controle e regulamentação da família para a proteção da infância efetuada por essa agência multilateral.

Ao longo de formação acadêmica no curso de Serviço Social muitas vezes deparou-se com as questões relacionadas à infância e família, já que o profissional da área tem sua prática fortemente marcada e atravessada por essas temáticas. Vale lembrar que

historicamente o Serviço Social, ao ser inserido na divisão social e técnica do trabalho, construiu sua atuação junto à infância “desassistida” e a de sua família (PAULA, 2001).

Em seu surgimento, a profissão emerge comprometida com a manutenção do *status quo* vigente, adotando práticas assistencialistas e de caráter moralizador. Cabe destacar que um movimento crítico e questionador de atuação como este citado acima produziu diversas rupturas com o intuito de (re) pensar os instrumentais técnicos e operativos, os referenciais teórico-metodológicos que norteiam a profissão, a ampliação dos espaços de atuação do Assistente Social, afim de que o profissional não mais se constitua como apenas um agente a serviço do Estado, mas que efetivamente cada vez mais possa consolidar e garantir direitos da população de modo geral.

É nesta perspectiva de ruptura que segue esta pesquisa. Acredita-se que sua relevância está na contribuição que pretende fornecer à análise da construção de práticas que tomam a família como protagonista corresponsável pelo processo de zelar pelo bem-estar das crianças, buscando evidenciar os mecanismos pelo qual opera. Essa intensa regulação que atravessa a família, a captura e a insere na trama de uma racionalização do cuidado tem produzido efeitos que merecem ser analisados em termos de relações de poder-saber.

O presente trabalho nasce a partir de uma breve trajetória de inquietações e estranhamentos por meio da leitura dos trabalhos de Michel Foucault. Essa aproximação foi possível quando foi cursada, como aluna especial, a disciplina “Processos de Subjetivação, História e Política”, no Programa de Pós Graduação em Psicologia, ministrada pela Professora Dra. Flávia Lemos, e ao participar do grupo de estudos e pesquisas Transversalizando, coordenado também pela Professora citada.

Assim, esta pesquisa é documental, histórica e está embasada na genealogia por meio da problematização de práticas do UNICEF dirigidas à família, no país, especialmente, recortando um documento específico desta agência multilateral voltado para o governo das famílias pobres e de maneira correlata, das crianças.

Essa dissertação foi organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo: *Demarcando os caminhos da pesquisa*, buscou-se apresentar o referencial teórico-metodológico que orientou esta pesquisa. Para tanto, ele está dividido nos seguintes subtópicos: a emergência do percurso-acontecimento; o documento como matéria de pesquisa e a análise genealógica como método de pesquisa.

No segundo capítulo: *As estratégias de governo através dos manuais* procurou-se problematizar a produção os documentos que prescrevem modos de ser e governam as condutas para forjar o modo indivíduo e regular a população por normas sociais

medicalizantes da vida. Para isso, foi discutida a temática de governo em Foucault, bem como as tecnologias de poder estudadas por este autor.

O terceiro capítulo: *Investir, gerir, cuidar: problematizando a atuação do Estado e do UNICEF no Brasil frente à infância e a família*, apresenta uma análise da emergência de dispositivos que buscam através da família garantir a proteção da criança bem como historicizar a atuação do UNICEF no Brasil e as estratégias de governo da infância que são veiculadas através dos documentos produzidos por este Organismo. Além disso, buscar-se-á neste capítulo de discutir algumas políticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro.

O quarto capítulo: *Cartografia do “Kit Família Brasileira Fortalecida”*, traz a análise das práticas de cuidado propostas neste documento. Nele, assinala-se o campo do biopoder em meio ao governo como proteção das famílias e das crianças, com destaque para as intervenções pautadas em saberes médicos e psicológicos, além dos pedagógicos como diretrizes que acompanham e sustentam os relatórios do UNICEF e suas prescrições para as famílias brasileiras.

Nas considerações finais, fez-se um balanço do trabalho, ao pensar o que pretendíamos realizar e o que foi concretizado ao término do estudo em pauta. Ressalta-se as potências e as lacunas desta dissertação, as contribuições que trouxe e sugestões para novas pesquisas com documentos de organismos multilaterais e com a temática de direitos de crianças e suas famílias.

CAPÍTULO 1

DEMARCANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

“Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. É preciso que sirva, é preciso que funcione”. Gilles Deleuze

1.1 – A EMERGÊNCIA DO PERCURSO-ACONTECIMENTO

Esta dissertação foi desenvolvida a partir da problematização do documento publicado, em 2004, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que é intitulado “Kit Família Brasileira Fortalecida”. A escolha desse documento ocorreu ao visitar a biblioteca virtual deste Organismo Multilateral. Posteriormente, à escolha desse documento, procedeu-se ao levantamento e revisão da literatura que trata da temática relacionada.

O interesse em estudar as políticas, programas e estratégias que têm sido desenvolvidas e direcionadas para a família vêm desde o período da emergência do saber do serviço social já que, no bojo da emergência da profissão de Assistente Social, a família e as questões que a ela têm sido relacionadas, entre outras a proteção e saúde da criança, têm sido colocadas como objeto de intervenção para o Assistente Social.

Documentos como manuais, livros, revistas especializadas no cuidado com a criança se constituíram historicamente como instrumento de intervenção junto às famílias, com o objetivo de moldar certa forma de ser criança, mas também de ser mãe e pai. Neste sentido, problematizar este tipo de documentos parece importante, haja vista que eles têm se constituído como produtores de determinadas subjetividades que se pautam em uma lógica de ordem médica, da ordem da prescrição e da prevenção.

A expertise da subjetividade tem-se tornado fundamental para as nossas formas contemporâneas de sermos governados e de governarmos a nós próprios. Mas não porque os experts conspiram com o estado para iludir, controlar e condicionar os sujeitos [...] ela obtém seu efeito não através da ameaça da violência ou do constrangimento físico, mas através da persuasão inerente às suas verdades, das ansiedades estimuladas por suas normas e das atrações exercidas pelas imagens da vida e do que ela nos oferece (ROSE, 1998, p. 42-43).

É desta forma que se investe na subjetividade, promovendo a naturalização de conceitos, atitudes, normas que são fabricadas no bojo de um determinado contexto, fazendo com que, dessa maneira, o sujeito tome para si tudo que lhe for incumbido (CANDOÁ, 2010).

Entendeu-se subjetividade aqui como “[...] fluxo contínuo de sensações, modos de existir, amar e comunicar, de imagens, sons, afetos, valores e formas de consumo literalmente fabricadas no entrecruzamento de instâncias sociais, técnicas, institucionais e individuais [...]” (SOARES e MIRANDA, 2009, p.415).

Assim, problematizar os diferentes dispositivos que produzem efeitos na família implica em questionar e também analisar a forma como os vetores políticos de um capitalismo neoliberal têm forjado determinados modos de ser família. Considerou-se que a:

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem tampouco a criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política, etc.) (FOUCAULT, 2004, p. 242).

Questões como: “Por que os documentos veiculados pelo UNICEF são tidos como referências para ações junto à família e a infância? Por que estes documentos elegem a família como instância de mediação, articulação, promoção e garantia de direitos? Quais os efeitos das práticas propostas nestes documentos?” nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

O aporte teórico-metodológico foi desenvolvido a partir da apropriação de ferramentas do pensamento de Michel Foucault, aliados aos pressupostos da história nova, na articulação e transversalidade com os estudos que visam a problematizar práticas da atualidade, em uma escrita da história do presente. Descrever e analisar o que acontece e o que se fez dos próprios homens é uma preocupação que acompanha esta dissertação e opera o recorte temporal e historiográfico.

Assim, vale destacar como a proposta de Foucault enseja um novo modo de recorta, selecionar, organizar em perspectiva, cartografar e efetuar uma atitude crítica frente ao presente e ao que atravessa como da ordem do intolerável. Para Foucault, fazer a história das coisas não tinha sentido porque o que o movia era a realização da:

[...] história das técnicas e das categorias da visibilidade e dizibilidade que em cada época instituíram as coisas a serem vistas e ditas. Ele não faz a história de uma experiência, mas de como esta foi constituída, como esta foi possível, como ela chegou até nós, e a partir de que interesses ela foi ‘documentada’. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 138).

Desta forma, concordou-se com Veiga-Neto (2001), ao entender que os estudos de Foucault podem funcionar catalisando, ativando os pensamentos e ações, já que os estudos históricos de Foucault tecem ferramentas analíticas que podem ser utilizadas em pesquisas realizadas bem como nas práticas sociais. Assim, por meio dessas ferramentas, lançou-se aqui a empreender uma análise crítica das práticas propostas pelo UNICEF, ressaltando que:

[...] a crítica foucaultiana não tem aquele caráter salvacionista e messiânico que é tão comum nos discursos pedagógicos: “Isso está errado e eu tenho a solução; quem me seguir fará a coisa certa”. A crítica implica uma analítica que não acusa nem lastima, uma vez que isso significaria pressupor, de antemão, uma verdade, um mundo melhor, em relação à qual e ao qual a análise se daria. Se quisermos um mundo melhor, teremos de inventá-lo, já sabendo que conforme vamos nos deslocando para ele, ele vai mudando de lugar. À medida que nos movemos para o horizonte, novos horizontes vão surgindo, num processo infinito. Mas, ao invés disso nos desanimar, é justamente isso que tem que nos botar, sem arrogância e o quanto antes, a caminho (VEIGA NETO, 2011, p. 26).

Muchail (2004) aponta que os estudos foucaultianos podem ser divididos/sistematizados em três momentos: o primeiro, a arqueologia, em que o autor se debruçou a respeito da constituição dos saberes; num segundo momento o autor inaugura a genealogia, onde sua perspectiva se direciona à analítica do poder e seus mecanismos; o terceiro momento de sua trajetória de estudos diz respeito às questões do sujeito ético.

Veiga-Neto (2001) também compreende como os estudos de Foucault seguem essa sistematização ressalta que cada um desses momentos “corresponde a um problema principal colocado pelo filósofo e uma correlata metodologia” (p. 37).

Ainda que se faça a divisão do pensamento de Foucault em três momentos, entende-se que não há nas pesquisas do mesmo uma substituição da arqueologia pela genealogia e sim um complemento. A genealogia acaba ampliando o campo de problematização acerca do saber, compondo uma contínua tensão com as práticas de poder. Também é relevante assinalar que estes recortes denominados de fases do trabalho de Foucault são didáticos, porém, podem levar a equívocos porque a ética, a estética e a política ou arqueologia, genealogia e ética não são separados pelo o autor e muito menos seguem uma linearidade temporal das pesquisas realizadas por ele.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, objetivou-se detalhar o estudo da genealogia já que ela enquanto metodologia torna possível uma diagonal do presente pela história. A seguir, irá se discutir a noção de documento e, na sequência, aspectos que podem auxiliar a operar com as ferramentas genealógicas.

1.2 - O DOCUMENTO COMO MATÉRIA DE PESQUISA

Estudar documentos não é algo simples e muito menos mais fácil que realizar entrevistas, fazer gráficos, tecer descrições de observações ou de qualquer outro modo de forjar trabalhos classificados como acadêmicos. Pensar a respeito desta arte de tecer intrigas e tramas a analisar implica em partir de estudos de documentos em formato de arquivos que foram forjados como acontecimentos situados na história e que não são inertes, ou seja, não operam apenas como registro do passado a “congelar” uma memória neutra e imparcial a ser catalogada e narrada às gerações futuras.

Albuquerque Júnior (2009) traz importantes considerações para pensar o uso do documento pela historiografia. O autor aponta que o historiador – e entende-se que os pesquisadores de maneira geral – devem considerar o documento como sendo um acontecimento em si mesmo, uma singularidade que deve ser investigada enquanto tal.

Foi com a Escola dos Annales que houve a expansão considerável da noção de documento. A crítica às maneiras de fazer e escrever a história estava vinculada aos modos e usos de apropriação dos documentos; que na história tradicional era pensado somente como testemunho do passado, testemunho incontestável e prova oficial de um fato ocorrido e arquivado como relevante nacionalmente, em uma perspectiva canonizar estadistas e militares como heróis da nação (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009; SALIBA, 2009).

A Escola dos Annales se refere à formação de um grupo que se reúne para “estabelecer um front político, cultural, intelectual, científico” (TÉTART, 2000, p.108), negando-se a aceitar uma história positivista e factual. Deste “front” resulta a publicação da revista que originalmente se chamou: *Annales d'histoire économique et social*.

A ambição dos *Annales* é procurar um eixo unificador que permita integrar toda a riqueza das ciências sociais e da história na arte de “fazer história” e, partindo desse conhecimento, tentar desembaraçar o emaranhado do tempo social, fragmentado por sua infinita complexidade, em si [...]. (Ibid, p.110).

Segundo Burke (1991), um historiador da história nova, considera os Annales como um movimento que pode ser dividido em três momentos e é essa periodização que adotar-se-á como pista para este trabalho.

O autor delinea como a “primeira geração” deste movimento em que a atuação de Lucien Febvre e March Bloch. Febvre e Bloch buscavam quebrar com o obsoletismo de

alguns conceitos positivistas que ainda permaneciam na historiografia da época (SALIBA, 2009). Pode-se destacar que esta “primeira geração” teve como característica um combate à história tradicional, a história política e a história dos eventos, isto é, a narrativa histórica apenas dos grandes batalhas, de seus reais e generais (BURKE, 1991).

Burke (1991) aponta que a “segunda geração” é a que “[...] mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças de longa duração)” (p.8). O autor destaca nesta geração o trabalho de Fernand Braudel. Para Burke (1991), o mérito do trabalho deste autor está em “[...] combinar um estudo na longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos” (p. 38).

A “terceira geração” que inicia, em 1968 é marcada por uma intensa fragmentação (BURKE, 1991). Ela tem como marco “[...] um crescente interesse dos historiadores por temas pertencentes ao domínio da cultura e o questionamento do primado até então conferido ao estudo das conjunturas econômicas ou demográficas” (CORRÊA, 2010, p.1).

Le Goff, considerado um autor da “terceira geração” dos *Annales*, em *História e memória* destaca o percurso pelo qual a noção de documento como testemunho incontestável dos acontecimentos passa a ser criticada.

Foucault (2009) destaca que essa crítica ao documento se constituía no sentido de contrapor à função que lhe era atribuída: reconstrução do passado. Neste sentido, ele vai passar a se constituir a partir de outra perspectiva para a historiografia: “o documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que apenas deixa rastros; ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2009, p. 7).

A partir do século XX, o documento tem sua esfera de alcance ampliada, englobando outras formas de fontes para além dos textos escritos, passando a ser considerado qualquer tipo de registro no sentido de preservação da memória coletiva (LE GOFF, 2003).

Le Goff (2003) destaca ainda que o movimento de críticas aos documentos se deu, inicialmente no sentido de atestar a veracidade de diplomas, cartas, textos canônicos, para posteriormente olhá-las como fruto dos jogos de poder que atravessam a sociedade. Para este autor, o registro documental não tem mais se aprisionado aos grandes acontecimentos, mas tem se ocupado e chega a abranger os detalhes da vida dos homens. Ao eleger um documento

como fonte de pesquisa, partilhou-se das concepções que o documento é um monumento, e que:

[...] as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação, deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado (LE GOFF, 2003, p.110).

Os apontamentos de Le Goff (2003) ajudam a interrogar a noção de que o documento era uma prova testemunhal e um vestígio de algo que se passou como fato social positivado em uma narrativa descritiva verídica, arquivada tal qual elaborado e de maneira neutra e imparcial. Assim, ao questionar tal pretensão de verdade e de história como prova do tempo, apropriou-se da história para tencionar esta concepção positivista e juntamente com Le Goff explicitar a produção do documento enquanto um monumento e o arquivo como sistema político e cultural de preservação de certa versão da história que deve ser desmontada e analisada, descrita e elaborada por meio de perguntas, em uma rede de intrigas problematizadoras de acontecimentos forjados com efeitos de verdade.

Nessa perspectiva, entendeu-se que independente da forma que este documento seja apresentado ele é sempre uma montagem, e como tal possui intencionalidades que são forjadas em determinadas relações de poder-saber. Assim, o “Kit Família Brasileira Fortalecida” se apresenta como um importante registro documental que produz efeitos de verdade na sociedade.

1.3 A ANÁLISE GENEALÓGICA COMO MÉTODO DE PESQUISA

Referindo-se à genealogia, Foucault (1979) enfatiza que gostaria de pensar a história, deslocando a centralidade do sujeito, das referências ao sujeito, para então fazer emergir as outras forças que atravessam a história, os discursos e os saberes.

É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (Ibid, p. 07)

Por isso, sinaliza que a genealogia não propõe desvendar a verdade do discurso ou sujeito por trás do discurso. Em *A ordem do discurso* Foucault (2009) indica que a genealogia permite fazer a análise das práticas discursivas em “[...] sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular”. (p. 65-66). Foucault (1979) aponta que em uma atividade genealógica:

[...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretende depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. [...] Trata-se da insurreição dos saberes não tanto contra os conteúdos, os métodos e os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição dos saberes antes de tudo contra os efeitos de poder centralizadores que estão ligados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. [...] são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater (p.171).

Esta intervenção política da genealogia é fundamental para colocar em xeque saberes que se pretendem científicos e reguladores da vida das famílias tal como uma evidência inquestionável a ser obedecida. Assim, os discursos com efeitos de verdade ganham notoriedade e legitimidade ao serem difundidos por instituições educativas e editoriais, tornando-se recomendações abstratas, como universais indicados pelos especialistas. Tais discursos chamados científicos são amplamente requisitados pelo UNICEF. Desta maneira, esta dissertação tem relevância, ao pensar especificamente os relatórios desta agência e suas prescrições supostamente irrefutáveis, trazendo uma série de desdobramentos críticos aos direcionamentos do UNICEF, ao colocá-los em questão e abrir espaço para outras possibilidades de vida e de existência nas famílias.

O uso da genealogia enquanto método de construção da história de determinado objeto, permite evidenciar a sua condição de emergência como produto de um determinado estado de forças (BOYER, 2009). Desse modo, a proposta de Foucault (1979) ao pensar este método em suas pesquisas é demarcar a singularidades dos acontecimentos, colocando-se contra uma pesquisa de origem. A análise da proveniência e da emergência se constitui como um diferencial no método genealógico. A proveniência “[...] agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido: ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo” (FOUCAULT, 1979, p.21), e a emergência constitui-se como “[...] o princípio e a lei singular de um aparecimento” (Ibid, p. 23).

Foucault opera um deslocamento que se constitui como fundamental para o procedimento histórico ao propor que se deve a partir das práticas para o objeto e não

inversamente. Nesse sentido “[...] nossa tarefa seria então desconstruí-lo, revelando as imbricadas teias de sua constituição e naturalização” (RAGO, 1995, p. 74).

Para Veyne (1998), a grande novidade que Foucault traz ao pensamento histórico é de apontar que apesar de parecer que os objetos determinam nossa conduta, são, no entanto, as práticas as quais produzem os objetos. O autor destaca a necessidade de “[...] desviar os olhos dos objetos naturais para perceber certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela [...]” (Ibid, p. 243). Desta forma o método genealógico se configura como uma proposta de análise que visa “[...] compreender que as coisas não passam de objetivações de práticas determinadas, cujas determinações devem ser expostas à luz [...]” (Ibid, p.254).

Cabe ainda ressaltar que as práticas não devem ser explicadas apenas como tendo uma causa única, mas também considerando que todas as práticas se ancoram em práticas vizinhas. (VEYNE, 1998). Pode-se observar que as considerações apontadas por Rago (1995) e Veyne (1998) são evidenciadas em *A verdade e as formas jurídicas*.

Neste trabalho, Foucault (2003), partindo da leitura de algumas obras de Nietzsche, nos mostra que o conhecimento também é uma invenção, porque não se deve empreender em uma busca da origem do conhecimento, atentando que são justamente o jogo de forças, as lutas que o fabricam.

O autor irá mostrar na *Conferência I* alguns eixos para a pesquisa proposta por ele. O primeiro eixo a considerar seria que as práticas sociais podem produzir domínios de saber e com isso fazer emergir novos objetos, conceitos, técnicas, mas não apenas isso, proporcionando também o aparecimento de novas formas de sujeito e de sujeito de conhecimento. Segue destacando que as práticas sociais de controle e vigilância possibilitaram a emergência de um saber do homem. A outra proposta destacada por Foucault (2003) é a análise dos discursos, sendo necessário considerar a análise do discurso enquanto jogo estratégico, indo além do aspecto linguístico. O terceiro eixo destacado seria a “reelaboração da teoria do sujeito” (FOUCAULT, 2003, p. 09).

Parece relevante para Foucault (2003) considerar a emergência do sujeito de conhecimento por meio de um discurso que reúne estratégias diversas que fazem parte das práticas sociais. É neste sentido que ao problematizar um documento deve-se escapar de uma análise que se limite a buscar a origem dos fenômenos, vinculada a uma linearidade histórica, levando em consideração as discontinuidades onde os discursos operam e a emergência de práticas de poder-saber.

Com isso, entende-se que “o trabalho do genealogista é demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano, focando os detalhes supostamente banais, o que parece não ter história” (LEMOS e CARDOSO JUNIOR, 2009, p. 354). A genealogia é a ferramenta que nos permite questionar o documento selecionado para estudo, ativando e opondo a organização de saberes que nele estão ordenados como conhecimentos verdadeiros, sustentando as práticas discursivas, já que elas:

[...] não são pura e simplesmente modos de fabricação de discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo, as impõe e as mantém (FOUCAULT, 1997, p. 12).

Nesse sentido, é que é possível compreender a dimensão da proposta genealógica, que se deve, conforme Foucault (1999) se opor aos efeitos de poder que os discursos científicos produzem. É a partir da publicação de *Vigiar e Punir* e da *História da Sexualidade I – A vontade de saber* que Foucault se dedica a análise das formas de exercício do poder, buscando compreender “o poder enquanto elemento capaz de explicar como se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos” (VEIGA-NETO, 2011, p. 66).

Para Foucault (2008a), não há existência das relações de poder sem a constituição de domínios de saber, tampouco a existência de saber que não constitua simultaneamente relações de poder. Dessa forma, há uma produção do saber a partir do poder, há uma implicação direta entre poder e saber. Neste sentido, “o saber é a forma que opera por visibilidade e dizibilidade e o poder é a força que se exerce enquanto estratégia molecular sempre em relação com outras forças” (LEMOS e CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 355).

Desta forma, empreender a análise das relações de poder em seus efeitos, em suas subdivisões e positividade constitui-se como um dos objetivos da genealogia, uma vez que “[...] as relações de poder produzem realidade, fabricam saberes, criam modos de ser” (LEMOS e CARDOSO JÚNIOR, 2009, p. 356). O poder não é uma propriedade, mas uma relação. Esta que pode ser exercida em diferentes níveis:

“As relações de poder existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças, na família. Na sociedade há milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de força de pequenos enfrentamentos, microlutas, de algum modo”. (FOUCAULT, 2003, p.231).

Para a analítica do poder, Foucault (1979) aponta como algumas precauções metodológicas devem ser consideradas. Primeiramente, não se deve analisar a centralidade do

poder, mas proceder de forma inversa: considerar as extremidades em que o poder é exercido, não se limitando à análise das concepções jurídicas de seu exercício.

Uma segunda precaução a considerar seria a de que o poder deve ser estudado em sua face externa, abandonar o questionamento de uma possível intencionalidade do poder, e considerar as práticas concretas que o investem, a fim de que se possa mapear como se dá o funcionamento das estratégias as quais sujeitam os corpos, conduzem gestos e comportamentos e geram os efeitos do poder-saber.

Outra precaução diz respeito à interrogação que se deve realizar de que o poder não está localizado ou estagnado em algum lugar ou pessoa. O poder circula, funciona e se exerce em rede, atravessa os corpos e produz os indivíduos, que ora podem exercê-lo, ora podem sofrer sua ação, assim, as relações de poder minuciosas e constantes são forças múltiplas e heterogêneas em acaso de combinações aleatórias e indeterminadas.

Na quarta precaução metodológica, Foucault (1979) sugere que não se deve prender em uma análise do poder onde se verifique seu alcance de cima para baixo, mas também efetuar a descrição ascendente e diagonal: historicizar os procedimentos, técnicas e táticas de ascensão do poder, partindo dos níveis mais baixos para pensar como essas técnicas se deslocam e investem em fenômenos globais se espalham por todo o corpo social.

Por fim, na quinta precaução metodológica, Foucault (1979) aponta que o exercício do poder é relacionado à formação e constituição de saberes e, que estes não são construções ideológicas. Para o exercício dessas relações de poder, Foucault irá mostrar que, na sociedade, em diferentes épocas são desenvolvidas diversas tecnologias que são transformadas e atualizadas.

No capítulo seguinte, ir-se-á discutir as tecnologias de poder estudadas por Michel Foucault e suas implicações para este trabalho, com o objetivo de fazer ranger seus escritos na análise problematizadora do relatório do UNICEF, no país, dirigido à família brasileira que foi selecionado para a realização deste estudo. Desta maneira, com a análise do Kit pretende-se lançar luz às práticas do UNICEF que constroem os objetos família, criança e mulher, ao entender-se com Foucault e Veyne, que estes objetos não existem desde sempre como invariantes históricos, mas são forjados em cada momento histórico por práticas singulares.

CAPÍTULO 2

ESTRATÉGIAS DE GOVERNO POR MEIO DE MANUAIS

“Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”. Michel Foucault

2.1 – GOVERNAR: A ARTE DE CONDUZIR CONDUTAS

Para Foucault (1997), a noção de governo deve ser entendida a partir de “[...] técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens”. Portanto, pode-se falar em: “governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (p. 101). Foucault ao falar em governo:

[...] não se refere, portanto, aos “regimes políticos” assumidos pelos Estados. Quando fala em “governo” (no contexto do estudo das “artes de governar”) refere-se ao problema da “gestão das coisas e das pessoas”, refere-se ao problema de sua “condução”, refere-se ao problema da “condução das condutas” dos indivíduos de uma sociedade (FONSECA, 2008, p. 158).

Foucault (1979) aponta no texto *A Governamentalidade* que é, a partir do século XVI, que o problema do governo emerge sobre diferentes aspectos e questões de “como governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível, etc” (FOUCAULT, 1979, p.278). O autor irá mostrar a partir desse período foi intensa a produção de uma literatura anti-Maquiavel (publicações que criticavam a obra *O Príncipe*), que a qual questionava a ideia defendida na mencionada obra, de que o principal objetivo do príncipe era manter seu principado, mesmo que para isso a principal ferramenta fosse à violência.

Para retratar esse tipo de literatura, Foucault (1979) utiliza a obra de Guillaume La Pierre pelo fato deste autor ser considerado um símbolo no que diz respeito ao pensamento da existência de múltiplas formas de governo em contraponto a ideia usada por Maquiavel, para quem o governo se remetia somente à soberania do príncipe (CANDIOTTO, 2010).

Foucault (1979) seguirá mostrando o contraponto que La Pierre fez ao texto de Maquiavel no que diz respeito à definição de governo. Se, para Maquiavel o governo do príncipe se constituía a partir do território e das pessoas que nele habitam para La Pierre o

governo não se limitava ao território, este se constituía somente como uma variável do governo das coisas. Para La Pierre o que se governa são coisas. Nesse sentido, Foucault (1979) esclarece que:

Não creio que se trate de opor coisas a homens, mas de mostrar que aquilo a que o governo se refere é não um território e sim um conjunto de homens e coisas. Estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT, 1979, p. 282).

No entanto, as artes de governar se encontravam bloqueadas por conta das teorias de soberania política (CANDIOTTO, 2010). Uma das principais razões deste bloqueio dizia respeito ao fato de que as artes de governar somente poderiam se desenvolver em períodos de expansão e não em períodos em que urgências militares, políticas e econômicas aconteciam, fatos que estavam presentes de maneira constante, na segunda metade do século XVII e diante. A outra razão deste bloqueio era o fato da soberania se constituir como um problema de ordem teórica e do ponto de vista do princípio de organização política. Desta forma, na medida em que a soberania se colocava como um problema principal e o exercício do poder se igualava ao exercício da soberania, a arte de governar ficou impossibilitada de se desenvolver de maneira autônoma (FOUCAULT, 1979).

O acontecimento do desbloqueio das artes de governar está intrinsecamente ligado à emergência do problema da população. Foucault (1979) mostra a maneira como o problema da população permitiu o desbloqueio das artes de governar. Primeiramente, porque foi através da noção de população que se pode fazer desaparecer o modelo da família e deslocar a noção de economia para outra coisa. Nesse processo, o saber da estatística foi fundamental por forjar uma série de questões:

[...] revelar pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidade de acidentes, etc; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irreduzíveis aos da família: as grandes endemias, a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos. (FOUCAULT, 1979, p. 288).

Desta forma, a família enquanto modelo de governo deixa de existir para então se constituir como um instrumento de governo da população. A outra questão é a de que a

população passará a se constituir como objetivo final do governo no intuito de promover a saúde da população, o melhoramento de suas condições de vida, bem como sua riqueza (FOUCAULT, 1979). Um terceiro ponto a ser considerado é que a população passará a se constituir como objeto que o governo deverá considerar em suas observações e em seu saber para alcançar um governo que se efetive de forma racional e planejada (FOUCAULT, 1979).

Por este motivo,

[...] a passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 1979, p. 290).

Assim, Foucault apresenta que no Ocidente não ocorreu uma estatização da sociedade, mas um fenômeno contrário, o Estado foi se tornando cada vez mais governamentalizado (CANDIOTTO, 2010).

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 1979, p.292).

Foucault (2008b) irá mostrar no curso *Segurança, território e população* que as técnicas de governo que desencadearam um processo de governamentalização do Estado emergem “[...] a partir de um modelo arcaico, o da pastoral cristã” (p.146). O poder pastoral é uma forma de governo que tem por objetivo guiar a conduta dos homens, articulando o cuidado individual de cada ovelha com o cuidado com todo o rebanho, pois o pastor “[...] faz tudo pela totalidade do rebanho, mas também faz tudo para cada uma das ovelhas do rebanho” (Ibid, p. 172).

O cuidado do pastor para com as suas ovelhas objetiva a salvação do rebanho. Na temática do poder pastoral, a salvação consiste em prover os meios de subsistência. Então, é possível afirmar que o poder do pastor é manifestado a partir de um dever, de uma tarefa de sustento, do zelo que ele deve ter com o rebanho, guiando e vigiando para afastá-lo dos eventuais perigos (FOUCAULT, 2008b).

Em suma, podemos dizer o seguinte: a ideia de um poder pastoral é a ideia de um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo e serve de intermediário rumo à esse objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano [...] É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência, e não a unidade superior formada pelo todo (FOUCAULT, 2008b, p. 173).

Mas também é preciso que o rebanho se entregue ao pastor, pois “a ovelha, a pessoa que é dirigida, deve viver sua relação com o pastor como uma relação de servidão integral”. (FOUCAULT, 2008b, p. 237). Nesse sentido, é necessário que cada ovelha se coloque num nível de obediência em relação ao pastor que mortifique sua própria vontade. Foucault (2008b) ressalta que o pastor, em relação à comunidade deve exercer a tarefa de ensinar. Seus ensinamentos devem ter como espelho sua própria vida.

[...] Trata-se não apenas de ensinar o que se deve saber e o que se deve fazer. Trata-se de ensiná-lo não apenas por princípios gerais, mas por uma modulação cotidiana, esse ensino também tem de passar por uma observação, uma vigilância, uma direção exercida a cada instante e de maneira menos descontínua possível, sobre a conduta íntegra, total das ovelhas. A vida cotidiana não deve ser simplesmente, em sua perfeição, em seu mérito ou em sua qualidade, o resultado de um ensino geral, nem mesmo o resultado de um exemplo. A vida cotidiana deve ser efetivamente assumida e observada, de sorte que o pastor deve formar, a partir dessa vida cotidiana das suas ovelhas, que ele vigia; um saber perpétuo que será o saber do comportamento das pessoas e da sua conduta (FOUCAULT, 2008b, p. 239).

Para Foucault, o Estado Moderno apropriou e transformou as práticas do poder pastoral. Isso foi possível, entre outros aspectos, devido a:

uma mudança de objetivo, alguns objetivos terrestres substituirão a visão transcendente da pastoral cristã. É significativa, nesse sentido, a evolução semântica do termo “saúde”. Em poucas palavras, se passa da salvação (salut) no outro mundo à saúde (salut) no mundo presente (FOUCAULT, 2006, pp. 230-231).

Foucault (2008b) também afirma que o poder pastoral encontrou atualizações na sociedade atual a partir do saber, das instituições e das práticas médicas, psicológicas, pedagógicas e dos trabalhadores sociais. Ainda, segundo o autor “pode-se dizer que a medicina foi uma das grandes potências hereditárias do pastorado” (p. 263). A saúde como objetivo a ser alcançado a todo corpo social, potencializou o desenvolvimento de novas tecnologias de governo.

Pode-se perceber que o aprimoramento do poder pastoral possibilitou o desenvolvimento de tecnologias de governo dos corpos, a disciplina, e o governo das populações. Essas tecnologias de governo serão discutidas, a seguir.

2.2.1 – DISCIPLINA E A GESTÃO DO DETALHE

Em *Vigiar e punir*, Foucault (2008a) mostra a emergência na época clássica de uma técnica que ele denominou “disciplinas”, momento em que o corpo foi descoberto como objeto e alvo do poder. Para o autor, a disciplina seria uma forma de poder que tem por objetivo o controle minucioso dos corpos, efetuando sua sujeição e estabelecendo uma intrínseca relação entre sua utilidade e docilidade, este último termo empregado no sentido de que é possível constantemente transformá-lo, aperfeiçoá-lo, adestrá-lo.

Este não é o primeiro momento na história em que o corpo se constitui como objeto de investimento, no entanto, a tecnologia disciplinar apresenta novos elementos que a tornam singular. A *escala* de controle não atua no corpo enquanto massa, mas ao nível do detalhe; o *objeto* do controle também é diferenciado: não considera mais aspectos relacionados à linguagem ou ao comportamento do corpo, mas a economia, a eficiência de cada gesto; a *modalidade* que se direciona não somente para o resultado das atividades, mas que efetua uma vigilância perpétua sobre seu desenvolvimento, maximizando o esquadramento do tempo, do espaço e dos movimentos (FOUCAULT, 2008a).

Para as disciplinas, não importa somente maximizar as habilidades nem apenas fazer com que a sujeição dos corpos, torne-se mais arraigada. Interessa fabricar/ constituir “[...] uma relação que no mesmo mecanismo o torna (o corpo) tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 2008a, p.119).

Ela captura o corpo em uma maquinaria de poder “[...] que o esquadrinha, desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2008a, p.119) a fim de não apenas realizar o que se quer, mas, sobretudo, fazer funcionar como se quer. Neste sentido, as disciplinas potencializam as forças do corpo, no que se refere a sua utilidade econômica, e reduzem essas mesmas forças em termos políticos de obediência (FOUCAULT, 2008a).

O poder disciplinar é um poder que parte do adestramento dos corpos ao procurar extrair e se apropriar melhor dele. Ele não cristaliza as forças, procura realizar uma articulação para que elas possam ser multiplicadas e utilizadas em sua totalidade modular e de

fluxo de passagens (FOUCAULT, 2008a). A disciplina é uma tecnologia de poder que produz indivíduos e faz deles simultaneamente objetos e instrumentos de seu exercício. Seu funcionamento se dá a partir de uma economia calculada que acontece de forma permanente (FOUCAULT, 2008a).

Os instrumentos que se articulam e possibilitam o êxito do poder disciplinar, segundo Foucault (2008) são: vigilância hierárquica, sanção normalizadora e o exame. A partir da vigilância hierárquica é possível a observação constante dos indivíduos, já que “[...] não basta olhá-los às vezes ou ver se fizeram conforme à regra. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares”. (FOUCAULT, 1979, p.106).

A vigilância irá se constituir como um operador econômico categórico, uma vez que simultaneamente integrará o sistema de produção como peça e também será uma engrenagem específica do poder disciplinar (FOUCAULT, 2008a). Desta forma:

[...] os projetos arquitetônicos idealizados a partir de uma preocupação com a vigilância visam permitir muito mais um controle interior, a fim de tornar visíveis os que nela se encontram, do que produzir efeitos voltados para o espaço exterior. Toda sua estrutura interna e os detalhes que a compõem buscam expor aqueles que abriga a uma observação e a um conhecimento constantes (FONSECA, 2003, p.55).

A sanção normalizadora atuará nos espaços deixados pelas leis. O que escapa às regras, os desvios irão constituir a base da punição. Foucault (2008a) aponta que a punição na disciplina se configura em um sistema de gratificação-sanção. Assim é possível “[...] a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; em vez da simples separação do proibido, como é feito pela justiça penal [...]” (idem, p.151). Assim, a partir da punição disciplinar o poder da norma é afirmado.

A normalização não é resultado de uma forma de repressão, mas técnicas de sanções voltadas para uma operacionalidade. Ela envolve a classificação e a qualificação de atos e comportamentos sutis, obriga à escolha entre valores, permitindo a diferenciação dos indivíduos e a mensuração de sua natureza e capacidade põe em funcionamento um sistema de exercícios repetitivos de acordo com uma conformidade esperada e traça um limite entre os que estão de acordo com a normalidade que estabelece e os que não estão (FONSECA, 2003, p. 59-60).

O exame se constitui como um instrumento de registro contínuo, produzindo saber simultaneamente ao exercer o poder. Ele combina as técnicas da vigilância e da sanção normalizadora (FOUCAULT, 2008a). Fonseca (2003) destaca que “é pelo exame, pretendido pelas disciplinas, que se torna possível o investimento político sobre os indivíduos e as

instituições” (p.60). Para Foucault (2008a) o “*exame inverte a economia da visibilidade do poder*”, já que, o poder disciplinar ao ser exercido torna-se invisível passando a dar visibilidade àqueles que estão submetidos à sua atuação. Captura os indivíduos num mecanismo de objetivação.

O *exame faz também a individualidade entrar num campo documentário*. De acordo com Foucault (2008a), o exame produz arquivos, pois tudo que é extraído dos indivíduos pelo exame é registrado e documentado através de anotações escritas.

Foucault aponta por fim que o *exame, cercado de todas as suas técnicas documentárias, faz de cada indivíduo um “caso”*, pois o indivíduo passa a se constituir como “[...] uma peça de um dispositivo estratégico que permite uma série de utilizações” (FONSECA, 2003, p. 62). Assim,

O caso não é mais, como na casuística ou na jurisprudência, um conjunto de circunstâncias que qualificam um ato e podem modificar a aplicação de uma regra, é o indivíduo tal como pode ser descrito, mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e é também o indivíduo que tem que ser treinado ou retreinado, tem que ser classificado, normalizado, excluído, etc. (FOUCAULT, 2008a, p.159).

Sobretudo, é importante atentar para não confundir e classificar disciplina como uma instituição ou aparelho, pois ela é “[...] um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos: ela é uma ‘física’ ou uma ‘anatomia’ do poder, uma tecnologia” (Ibid, p.177).

2.2.2 - BIOPOLÍTICA

A emergência da população como problema político possibilitou que uma nova tecnologia de poder se desenvolvesse, a partir do século XVIII. Foucault (2008b) relata que antes desse período a população era entendida como um movimento de repovoamento de territórios atingidos por grandes catástrofes, por guerras, escassez alimentar, ou epidemias. “Era em relação a uma mortalidade dramática que se colocava a questão de saber o que é a população e como se poderá repovoar” (FOUCAULT, 2008b, p. 89).

As rupturas em relação à forma de conceber a população começam a partir do século XVII, com as ideias trazidas pelos mercantilistas e cameralistas de que a mesma se constituía como peça indispensável na dinâmica do poder dos Estados se constituindo como força produtiva, essencial e fundamental para acumulação de riqueza do soberano (FOUCAULT, 2008b).

Foucault (2008) destaca que os fisiocratas, a partir do século XVIII, irão se opor à essa noção de população trazida pelos mercantilistas e cameralistas, destacando que, para eles o problema da população estava estreitamente vinculado à questão do soberano e dos súditos.

Os fisiocratas irão deslocar a noção de população atrelada à “[...] uma coleção de súditos de direito, como uma coleção de vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis e decretos, etc.[...]” (FOUCAULT, 2008b, p. 92), para concebê-la como um conjunto de processos que requerem uma administração que leve e consideração o que a população tem de natural.

Para falar sobre essa naturalidade da população, Foucault (2008b) apresenta três maneiras como entendê-la. Primeiro, a população não se constitui como uma somatória de indivíduos habitando um território; ela não se limita à vontade de reprodução e nem se prende a uma vontade soberana. Ela está atrelada e depende de uma série de variáveis.

Esses fenômenos naturais e variáveis da população, não a tornam impenetrável. Pelo contrário. Foucault (2008b) destaca que ela é penetrável na medida em que as técnicas desenvolvidas e os agentes que sobre ela atuarão “[...] sejam ao mesmo tempo esclarecidos, refletidos, analíticos, calculados, calculadores” (p. 94). Os fenômenos típicos da população como natalidade, mortalidade, longevidade, taxa de reprodução, fecundidade passam a integrar um cálculo econômico tornando necessário o desenvolvimento de uma tecnologia que não mais apenas se encarregasse do homem-corpo. Para Foucault (2008b):

A dimensão pela qual a população se insere entre os outros seres vivos é a que vai aparecer e que será sancionada quando, pela primeira vez, se deixará de chamar os homens de “gênero humano” e se começará a chamá-los de “espécie humana”. A partir do momento em que o gênero humano aparece como espécie, no campo de determinação de todas as espécies vivas, pode-se então dizer que o homem aparecerá em sua inserção biológica primeira. A população é, portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público. [...] O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio da educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é portanto, tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público (p. 98-99).

Por meio deste pensamento, pode-se dizer que agora era preciso considerar os aspectos biológicos que se relacionavam com a população, com o homem- espécie e regulá-los. A tecnologia de poder que passou a intervir nesse campo foi chamada por Foucault de biopolítica.

A biopolítica se constitui como uma técnica que se direciona aos homens em sua multiplicidade, mas não somente enquanto corpos, mas como uma massa global, que é afetada por fenômenos próprios da vida. Ela visa, a partir de mecanismos regulamentadores, estabelecer estados globais de equilíbrio (FOUCAULT, 1999).

Para concretizar esta intervenção e objetivo, vai se valer do uso de saberes como a estatística, a demografia; bem como a medicina (que atuará higienizando e medicalizando a população), intervindo nas condições de vida, fazendo viver. A biopolítica se direciona para os acontecimentos eventuais que ocorrem em uma população considerada em sua duração. Nesse sentido, a população se configura como objeto da biopolítica. Os mecanismos pelos quais a biopolítica opera, distinguem-se dos mecanismos disciplinares.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global [...]. (FOUCAULT, 1999, p. 293).

A regulação da população modifica os elementos e variáveis que a afetam; assim, Foucault (2008b) chama atenção para a invenção dos dispositivos de segurança que acirram a lógica biopolítica e a agrega às anteriores, tanto as de soberania quanto às disciplinares. Segundo o autor, essas tecnologias operam como mecanismos de controle social e por táticas que visam modificar acontecimentos ligados ao destino biológico da espécie no âmbito da economia política e dos estilos de vida, ao governar o corpo individual e populacional em termos de circulação com liberdade e com segurança ao mesmo tempo, na esfera liberal de gestão.

Também vale ressaltar que os mecanismos de segurança atuam tanto na dimensão biomédica quanto na cultural, operando a interligação entre um racismo biológico e cultural simultaneamente e fazendo-os figurar no deslizamento do cálculo de perigo e de risco a administrar, em defesa da sociedade.

As maneiras de viver vão sendo reguladas na relação lei e norma, sujeito de direitos e sujeito empresarial normalizado, por meio de técnicas disciplinares, de soberania e

de biopolítica que, juntas, resultam nos dispositivos de segurança. A norma amplia o alcance da lei e faz que ele chegue às esferas mais constantes e minuciosas da vida e, ao mesmo tempo, permite criar modelos de referência que efetuam padrões e médias no plano das condutas normativas e normalizadas.

Foucault (2008b), ao estudar a questão da varíola no século XVIII demonstra como se dá o funcionamento dos dispositivos de segurança. Segundo o autor, para que os dispositivos de segurança ajam de forma eficaz, é importante observar quatro noções: a noção de caso, risco, perigo e crise. Quatro noções que correspondem aos quatro níveis distintos de funcionamento da doença e que produzem diferentes níveis de operação sobre os sujeitos.

A noção de caso aponta para uma individualização de um fenômeno coletivo de uma doença ou implica num processo de coletivização desse mesmo fenômeno individual. Já, a noção de risco, que se constitui uma noção central nas políticas atuais, irá se ocupar da distribuição dos casos e de apontar o risco de cada indivíduo de adquirir a doença, dela morrer, ou ainda dela se restabelecer (FOUCAULT, 2008b).

A noção de perigo se estabelece a partir do cálculo de riscos. Esse cálculo permitirá identificar o que irá se constituir como perigoso no que diz respeito às condições dos indivíduos, os lugares. Por fim, a noção de crise possibilita mapear os casos de doença que se multiplicam para neles intervir seja por um mecanismo artificial, seja por um mecanismo natural (FOUCAULT, 2008b). Desta forma, pode-se observar que:

O caso é passível de monitoramento, de vigilância. O risco implica em medidas de atenção mais intensivas como o controle e a quarentena. O perigo, por sua vez, suscita uma ação política mais severa de interdições, proibições e medidas de confinamento ou segregação. A crise, por fim, requer uma ação interventiva drástica e universal, com caráter de manejo de emergência (PEREIRA e FERRARO, 2011, p.138).

Esses apontamentos são importantes, pois se pode notar que na atualidade as estratégias que são acionadas para dar conta da proteção e da majoração da vida se pautam na noção de risco apontada por Foucault (2008b), já que é em torno de uma população que o risco pode ser calculado (EWALD, 1993). Desta forma, verifica-se que:

A idéia de risco pressupõe que todos os indivíduos que compõe uma população possam ser afectados pelos mesmos males: todos somos factores de risco e todos estamos sujeitos ao risco. [...] A segurança individualiza, define cada indivíduo como um risco [...] (EWALD, 1993, p. 96).

Essa noção de risco responsabiliza e culpabiliza os indivíduos por seus atos o que é muito complicado e deve ser alvo de estranhamento e interrogação histórica com vistas a

disparar uma desnaturalização desta prática social, econômica, cultural e política (SANTOS, 2009).

Estas considerações são relevantes para a presente pesquisa, pois demarcam balizas que norteiam as práticas do UNICEF dirigidas às famílias, no kit analisado neste estudo e auxiliam a descrever e pensar como o dispositivo de segurança opera na política de atendimento às famílias e crianças, que é prescrita por este organismo. Também pelas práticas vizinhas locais, regionais, nacionais e mesmo pelas internacionais que são realizadas por outros equipamentos e órgãos.

2.2 – A FAMÍLIA E O CUIDADO EM MANUAIS

A utilização de ferramentas pedagógicas, como manuais, para a formação das chamadas competências familiares não é recente, remete as práticas históricas de gestão das famílias, por isso, faz-se necessário situar no tempo e no espaço, as condições de emergências destes instrumentos normativos. A noção de competência tem sido utilizada neste relatório e em outros documentos e assinala para uma perspectiva da pedagogia utilitarista, tecnicista, ambientalista e pragmática, ao apontar propostas instrumentalizadas de modo despolitizado e com pouca crítica. Neste sentido, vale ressaltar que o uso do UNICEF desta pedagogia das competências denota uma escolha deste organismo no que tange ao modo de governar condutas.

Ariès (2006) demonstra, em sua obra *História Social da criança e da família* que a literatura acerca da chamada “civildade”: manuais e tratados que versavam de maneira abrangente sobre como viver em sociedade se configurava como uma maneira de materializar e divulgar conhecimentos que escapavam ao aprendizado na escola. Cunha (2006) afirma que:

Os manuais de civildade eram considerados vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais. Eles compunham-se de inúmeros conselhos, regras precisas e orientações de conduta pessoal, moral e social cujo objetivo era transmitir e ensinar atenções e cuidados que cada indivíduo deveria dirigir a si mesmo, no espaço público e privado (CUNHA, 2006, p.352).

É somente a partir da metade do século XVII que estes documentos passaram a sofrer modificações em seu conteúdo, agregando em sua composição o aspecto educativo por

meio de conselhos aos pais (ARIÈS, 2006). Com isso, passava-se a informar e capacitar a família com indicações de como proceder com a educação e com o cultivo da saúde das crianças, apontando deveres, responsabilidades, e condutas a serem adotadas pelos pais frente às crianças. (ARIÈS, 2006). Lima (2007) destaca que:

[...] O surgimento dessa literatura está ligado ao fato de que, nesse período, houve uma intensa valorização da infância. Entendia-se que, transformando a criança, seria possível transformar as sociedades; corrigindo-se os defeitos na educação dos pequenos, reformar-se-ia toda a humanidade (p.99).

Para Donzelot (1980), intensifica-se no século XVIII a produção desse tipo de documento visando à conservação das crianças. Para que se pudesse alcançar este propósito dois pontos são destacados pelo autor: a “capacitação” dos pais, por intermédio de uma “medicina doméstica”, operacionalizando conhecimentos e técnicas para que a burguesia passasse a priorizar os cuidados à criança sem a intervenção dos criados e o direcionamento da vida dos pobres, onde se buscava minorar os gastos sociais com sua reprodução.

Pode-se observar que a difusão desse tipo de literatura em conjunto com outras ações abriu espaço para que figura do médico pudesse permear as relações familiares, reorganizando essas relações em nome da higiene e saúde das crianças. Stephanou (2004) mostra que, na década de 1930 a 1950, no Brasil, pode-se perceber a efetivação de diversas ações médicas que iam desde propostas de saneamento até a organização de manuais de higiene e saúde. Esses manuais marcam a elevada importância que passa a ser dada aos cuidados pessoais no campo da urbanidade/civilidade.

Segundo a autora, os manuais altamente prescritivos apresentam um conteúdo que se caracteriza por conselhos, recomendações, especificações de procedimentos a adotar dos comportamentos em sociedade. Outra característica apontada por Stephanou (2004) é que esses manuais não buscavam impor às pessoas a realização das condutas neles listadas, mas buscavam persuadir, sugerir aos indivíduos que as “boas condutas” beneficiariam uma vida saudável e higiênica. Em sua estrutura, identifica-se que os conselhos têm um misto de argumentos ora científicos ora morais que possibilitavam a legitimação destes procedimentos.

No trabalho: *Lições de casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*, Magaldi (2007) realiza um levantamento e problematização de cinco manuais que buscavam orientar a conduta das famílias, no Brasil. Em seu estudo, a autora mostra uma clara preocupação no início do século XX dos mais diversos intelectuais em articular

recomendações no âmbito da saúde e da educação tendo como objetivo e alvo de suas ações as famílias.

Nas estratégias construídas, enfatiza como se constitui uma noção de evidente dimensão normativa e normalizadora simultâneas nos manuais. Para Magaldi (2007), esses manuais¹ apresentam para a família brasileira hábitos, comportamentos “corretos” numa proposta de “moldagem social” (p.33), valorizando a estabilidade da família, que refletiria como a estabilidade da nação, exaltando sua função educativa², materializando as investidas, intervenções e controles por partes dos médicos na sociedade, já que nesse período “a medicina, preocupada crescentemente com as doenças sociais e com a necessidade de sua cura via higiene, havia eleito a família como um foco primordial de sua intervenção terapêutica” (p. 36).

Os manuais se constituíram como instrumentos estratégicos utilizados pelos médicos higienistas para disseminar os princípios da puericultura (LIMA, 2007). Assim, esses manuais expandiriam os ensinamentos médicos para além dos consultórios, pois poderiam servir “[...] como um suporte de informações particularmente útil, na medida em que, estando sempre a mão, podiam ser consultados no exato momento em que surgisse uma dúvida em relação ao cuidado com o bebê” (LIMA, 2007, p. 103).

Desta forma, o “saber” sobre o cuidado com as crianças seria compartilhado nos manuais e a família tendo esse instrumental a seu favor, constituir-se-ia como aliada para prevenir doenças e combater a mortalidade infantil (LIMA, 2007). É importante destacar ainda que nesse processo de legitimação deste tipo de documento, os médicos também criaram estratégias para contestar mulheres mais velhas como as avós, comadres e vizinhas, já que as mesmas poderiam criar obstáculos aos preceitos divulgados nos manuais.

Os doutores recorriam a autores estrangeiros, a dados estatísticos apresentados na forma de gráficos e tabelas, a fotografias e a outros recursos para demonstrar racionalmente os perigos aos quais as mães expunham seus filhos sempre que deixavam de seguir as recomendações médicas para dar ouvidos às avós, associadas nos livros a superstições e práticas ultrapassadas (LIMA, 2007, p.106).

Esses breves apontamentos acerca dos manuais são importantes para pensar que essas prescrições presentes nestes documentos visam à regulação, o governo de condutas das famílias pelo UNICEF, no Brasil. Para Foucault (1995), “conduta” seria o termo que

¹ A autora entende como manual todo documento que possui uma finalidade pedagógica.

² Magaldi (2007) aponta que essa compreensão ancorava-se na Encíclica *Divini Illius Magistri* de Pio XI, que apontava como missão natural da família, soma-se à isso as outras duas instituições onde essa educação aconteceria: Igreja e o Estado.

facilitaria alcançar o que existe de particular nas relações de poder. Segundo o autor, a “conduta” é simultaneamente a própria ação de “conduzir” os outros e o modo, a maneira de ordenar comportamentos num campo limitado, mas não fechado de possibilidades.

O que aparece nos manuais é uma série de práticas sociais normalizadas e padronizadas para referendar as condutas dos indivíduos, pois o que é apontado como normal nestes documentos acaba se naturalizando em nossa sociedade. Desta maneira, a partir de comportamentos naturalizados, irá se criar diversos dispositivos para aproximar os indivíduos desviantes para a norma, pois:

A norma é uma lei imanente; é uma regularidade observada e um regulamento proposto. [...] Cada indivíduo experimenta uma inquietação com a normalidade do que faz e pensa, ao mesmo tempo em que se esforça por pertencer aos normais, por adequar-se à regularidade. Genericamente, o exercício do poder na Modernidade supõe a separação dos homens entre si, sua distribuição entre normais e anormais, distribuição que produz no interior de cada indivíduo uma cisão e um esforço de se conformar aos valores sociais, tensão culpabilizadora que provoca a homogeneização dos comportamentos (VAZ, 1999, pp. 8 e 9).

Os estudos de Santos (2009) e Magaldi (2007) mostram que os manuais regulam às famílias, as subjetivando a alterar seu modo de pensar e agir em relação aos cuidados com a criança. É interessante perceber que a lógica que norteia a produção de manuais veiculados em diferentes épocas, é a de oferecer à família um instrumental a seu favor, e desde que esta siga de maneira correta às prescrições, além de minimizar os gastos sociais garantirá o cultivo da saúde da criança e o desenvolvimento de toda sua potencialidade (CAMPOS, 2009).

O Kit produzido pelo UNICEF para a família brasileira é semelhante a um manual que funciona como um guia de civilidade disciplinar das condutas e regulador das mesmas no plano da gestão da vida, atualizando modos de governo pastorais e de condução dos costumes de maneira biopolítica.

CAPITULO 3

INVESTIR, GERIR, CUIDAR: PROBLEMATIZANDO A ATUAÇÃO DO ESTADO E DO UNICEF NO BRASIL FRENTE À INFÂNCIA E À FAMÍLIA.

A desnaturalização dos fenômenos sociais – ou seja, tomá-los não como algo desde sempre dado, mas como algo historicamente construído – é um primeiro e necessário passo para intervir nesses fenômenos. Saber como chegamos a ser o que somos é condição absolutamente necessária, ainda que insuficiente, para resistir, para desarmar, reverter, subverter o que somos e o que fazemos. Veiga-Neto

3.1 - HISTORICIZANDO A INFÂNCIA E A FAMÍLIA

Interessa neste trabalho pensar a infância como uma fabricação histórica e salientar que a preocupação com cuidados específicos para com a mesma é também construída e integra tecnologias de proteção/regulação desses corpos para expansão da vida. Ariès (2006) destaca que até o século XIII a infância parecia não ter relevância, não era vista enquanto período particular da vida, sendo as crianças tidas como miniaturas de adultos. Não existiam roupas que a caracterizassem, definição de um período cronológico indicando seu início e fim, uma terminologia que assinalasse essa fase da vida, tampouco separação entre adultos e crianças para o ensino.

É somente a partir do século XVI-XVII, que se pode sinalizar a emergência de um sentimento que fez com a família passasse a se organizar em torno da criança, reorganizando a maneira de cuidar, chamado por Ariès (2006) como “sentimento de infância”, entendendo este sentimento não como sinônimo de afeição, mas como a valorização da particularidade da infância, como uma fase distinta da adulta.

Gélis (2009) aponta que emergência do “sentimento de infância” reconfigurou não somente as relações da família, mas também as relações da Igreja e do Estado, frente à criança.

Observar-se que a família se modificou à medida em que suas relações internas com as crianças também se modificaram. Isso possibilitou que a família assumisse um valor

diferente do que ocupava até o século XIV, o da linhagem, pois ela “[...] deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas” (ARIÈS, 2006, p.194). É justamente essa superação da linhagem que deu espaço para a emergência da família nuclear burguesa (GÉLIS, 2009).

Nessa nova forma de organização da família, a criança se tornou um elemento central, sua saúde e a educação tornam prioridade, a intimidade doméstica e o refúgio da vida privada se constituíram como imperativos nessa nova ordem. Santos (2009) aponta que a valorização desse tipo de organização familiar era imprescindível para o controle do corpo infantil bem como para a garantia de sua vida.

Foucault (1979), ao estudar a política de saúde do século XVIII mostra como a família foi medicalizada e se constituiu em um agente medicalizante. Isso foi possível porque a relação pais-filhos foi reorganizada por um conjunto de obrigações que se colocavam para que a infância pudesse ser gerida da melhor maneira, para garantir a sobrevivência e evolução da criança:

[...] obrigações de ordem física (cuidados, contato, higiene, limpeza, proximidade atenta); amamentação das crianças pelas mães; preocupação com um vestuário sadio; exercícios físicos para assegurar o bom desenvolvimento do organismo: corpo a corpo permanente e coercitivo entre os adultos e as crianças (p.199).

As condutas dos pais passariam a ser moralmente definidas, já que o investimento sobre a família possibilitou a “articulação dos objetivos gerais relativos à boa saúde do corpo social com o desejo ou a necessidade de cuidado dos indivíduos” (ibidem, 1979, p. 200).

Os médicos passaram a orientar os indivíduos em sua higiene, saúde, habitação, alimentação, comportamento. Este saber durante o século XVIII para além de um serviço que se encarregasse das doenças e das formas de curar os indivíduos assumiu um lugar estratégico e ascendente de relevância nas estruturas administrativas (FOUCAULT, 1979).

Foucault (1979) afirma que a intervenção da medicina e sua difusão foi intensiva e se tornou um receituário de práticas com ações supostamente legítimas para dar atenção a um conjunto de problemas de ordem política e econômica que se apresentavam e que dizem respeito à população. O autor ressalta que a emergência da preocupação com o corpo social, com a população, no que diz respeito aos aspectos relacionados à saúde e doença, possibilitou que família passasse a ser concebida como “[...] dimensão instrumental em relação à população” (ibidem, 1979, p. 289).

Nesse sentido, a família se constituiu a partir de então como um dos segmentos mais importantes pelo qual se pode governar, pois “[...] na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar” (ibidem, 1979, p. 289).

Donzelot (1980), em *A polícia das famílias* mostra como se deu o intenso investimento na vida familiar e o acontecimento de “[...] um governo da família para um governo através da família” (p.86). O autor aponta que no antigo regime, a família se constituía como sujeito e objeto de governo simultaneamente. Ela constituía um encadeamento de relações que se circunscreviam no âmbito público e privado e o chefe de família acumulava funções de conduzir, guiar, responsabilizar-se pela família e sua participação nas relações sociais. Estado e família colaboravam entre si para a manutenção da ordem pública:

O Estado diz às famílias: mantém vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem (ibidem, 1980, p. 51).

No entanto, a partir do século XVIII essa a autoridade passa a ser questionada, além disso, a família já não consegue encarregar-se da manutenção de seus membros, aumentando consideravelmente o quantitativo de pobres que passam a requerer algum tipo de ajuda. Esses dois acontecimentos são destacados por Donzelot (1980) como desencadeadores da inadequação desse sistema de aliança entre Estado e família.

Tratava-se agora não apenas de repressão, mas de ativar estratégias que primassem pela conservação e formação da população e que servisse aos interesses da economia liberal. Isso pode acontecer por meio da filantropia. Para Donzelot (1980), não se deve entender esta modalidade de assistência como uma simples ação que busca sanar problemas sociais por meio de uma intervenção no âmbito privado sem nenhuma finalidade política, mas como uma estratégia que despolitiza. O autor assinala que:

Se considerarmos os núcleos em torno dos quais se organizará a atividade filantrópica do século XIX constataremos que todos eles se caracterizam pela busca de uma distância calculada entre as funções do Estado liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população (DONZELOT, 1980, p. 56).

A filantropia vai se ancorar estrategicamente através do *polo assistencial* e do *polo médico higienista*. No primeiro polo, o Estado constituir-se-á como um *meio formal* para

a ampla divulgação de conselhos e regras de comportamentos operando um deslocamento de questões relativas aos direitos políticos para a moralidade econômica. Já diante do polo *médico higienista*, buscava-se impedir a degradação física e moral da população, através da prescrição de regras a respeito do bem-estar e saúde, visando eliminar riscos que afetassem a sociedade (DONZELOT, 1980).

Num certo sentido, a família passa a ser, pela poupança, *ponto de apoio* para fazer refluir para ela os indivíduos levados, por seu desregramento, a interpelarem o Estado como instância responsável politicamente por sua subsistência e por seu bem-estar. Num outro sentido, ela se transforma em *alvo* assumindo as queixas que provinham dos indivíduos contra o arbítrio familiar, o que permite torná-los agentes recondutores das normas estatais na esfera privada (DONZELOT, 1980, p. 58).

A força dessa estratégia da filantropia foi de direcionar para a família questões provenientes do campo moral e de uma atuação dos trabalhadores sociais pautadas no inquérito. A própria família entra e é acionada como dispositivo de governo e por meio do qual se governa condutas de crianças. O UNICEF requisita e recomenda esta prática, propõe o entrecruzamento da mesma com outras modalidades de atendimento, na composição do Complexo Tutelar.

3.2 – NOTAS SOBRE A INFÂNCIA E FAMÍLIA BRASILEIRA

Cruz e Guareschi (2008) destacam que a caridade norteou as primeiras investidas no que diz respeito às práticas de assistência da criança no Brasil. Essa iniciativa veio por parte da Igreja Católica que apontava como urgente e necessário encaminhar procedimentos de transformação dos comportamentos das crianças indígenas e sua catequização.

Chambouleyron (1996) aponta que a atuação dos jesuítas na educação das crianças indígenas não se reduzia somente ao aprendizado formal, da leitura e da escrita, mas, via-se na criança um possível multiplicador da religião cristã, para converter os adultos e moralizar seus hábitos. “A criança indígena, muitas vezes, entregues pelos próprios pais aos padres da Companhia de Jesus, era considerada o “papel branco” no qual se inscreviam a luta contra a antropofagia, a nudez e a poligamia” (p. 61).

A expulsão dos jesuítas do Brasil contribuiu para a substituição da mão de obra indígena por escravos. Rizzini e Pilotti (2009) destacam que o escravo se constituía como de fundamental importância para a economia da época, já que era mais rentável “[...] importar

um escravo que criar e manter uma criança, pois com um ano de trabalho, o escravo pagava seu preço de compra” (p.18). Apesar da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) a criança escrava ainda permanecia sobre a tutela dos senhores até os 14 anos, onde os gastos tidos com ela poderiam ser ressarcidos com trabalho gratuito até os 21 anos ou com indenização do Estado quando as crianças eram entregues a ele (RIZZINI E PILOTTI, 2009).

A emergência das preocupações com a infância como objeto do saber, no Brasil acontece no período de transição do Império para a República. É nesse momento que se dá o aparecimento de estudos dedicados à infância, principalmente por parte dos médicos (OLIVEIRA, 2004). Após a instauração da República, foi intensa a propagação do higienismo e a disseminação da prática médica no espaço doméstico, passando os mesmos a atuarem próximo às famílias, no sentido de aconselhá-las, principalmente as mães, no cuidado com a criança no que se referia à saúde física e moral (RIZZINI, 2011).

Esse processo de intervenção da medicina no espaço familiar foi possível porque desde o início do século XIX os médicos passaram a combater o modelo de família até então vigente, já que as novas estratégias adotadas pelo Estado com o intuito de higienizar as cidades “[...] esbarrava frequentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levavam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do Governo. A reconversão das famílias ao Estado pela higiene tornou-se uma tarefa urgente dos médicos” (COSTA, 1979, p.30-31).

Santos (2009) assinala que para os higienistas era somente mudando o modelo patriarcal da família que se poderiam administrar com maior eficácia as práticas de cuidado com a criança, alterando os altos índices de mortalidade infantil que alarmavam a sociedade brasileira no século XIX. É importante destacar que:

O higienismo, enquanto dispositivo, intervém em toda a organização social, seja no âmbito arquitetônico, biológico, afetivo etc., sobretudo por meio dos lares, produzindo subjetividades individualizantes que têm efeitos concretos, tais como a potencialização da família nuclear burguesa, redundando na sua culpabilização como forma de transferir-lhe a responsabilidade pelos problemas sociais (SCHEINVAR, 2006, p. 53).

Buscar-se-á neste trabalho brevemente trazer alguns elementos para mostrar como se constituía o modelo de organização familiar patriarcal que passou a ser combatido pelos higienistas. Bruschini (1997) e Samara (2004) destacam que a organização da família no cenário brasileiro é marcada pela influência dos padrões culturais trazidos pelos portugueses e

pela “adaptação” desses padrões no ambiente colonial, contribuindo para que a família patriarcal emergisse.

A família patriarcal em sua composição não se limitava somente aos membros diretos e de laços sanguíneos, já que “a anexação de outros elementos, como filhos ilegítimos ou de criação, parentes, afilhados, expostos, serviçais, amigos, agregados e escravos é que conferia à família patriarcal uma forma específica de organização” (SAMARA, 2004, p. 11).

Desta forma, percebe-se que o arranjo da família patriarcal se constituía a partir de uma dupla estrutura: um núcleo central, formado pelo chefe de família, esposa e filhos legítimos e outra camada que absorvia os chamados membros periféricos (SAMARA, 2004).

Este modelo familiar também tinha papéis distribuídos e fortemente demarcados. Podemos assinalar como características desta forma de organização a autoridade do marido, o controle da sexualidade feminina e da procriação que tinha somente como finalidade a ideia de herança e sucessão (BRUSCHINI, 1997).

É no início do século XIX que, com as mudanças advindas do processo de urbanização, da industrialização, do capitalismo se consolidando como sistema econômico e com a emergência da burguesia que se poderá observar o processo de reorganização das relações familiares (BRUSCHINI, 1997, D’INCAO, 2008). Assim, formava-se uma nova forma de conceber a família a partir de um modelo nuclear burguês, que é definido por D’Incao (1989) como:

[...] aquela que nasceu com a burguesia e que vai em seguida, com o tempo, caracterizar-se por um certo conjunto de valores, que são o amor entre os cônjuges, a maternidade, o cultivo da mãe com um ser especial e do pai como responsável pelo bem-estar e educação dos filhos, a presença do amor pelas crianças e a compreensão delas como seres em formação e necessitados, nas suas dificuldades de crescimento, de amor e de compreensão dos pais. (p.10).

A incursão dos médicos higienistas em estruturar as camadas populares de acordo com esse modelo de família, inscrevia-se num projeto de moralização social (BOARINI, 2003).

A promoção da família nuclear nas camadas de baixa renda traz vantagens no que diz respeito à ordem pública. Diminui o número de crianças abandonadas; o “lar doce lar” oferece ao operário uma alternativa atraente ao bar; as obrigações da família conjugal competem e eventualmente minam a solidariedade travada nas confrarias de trabalhadores (FONSECA, 1995, 76).

As investidas médicas e higienistas buscavam a sujeição dos indivíduos às concepções por eles estabelecidas para alcançar o bem estar social, investindo na família para o cuidado e proteção da criança (COSTA, 1979).

Coimbra e Nascimento (2003) apontam que o movimento higienista foi formado por profissionais de diversas especialidades (como urbanistas, pedagogos e juristas) e, especialmente, por psiquiatras que compunham a Liga Brasileira de Higiene Mental contribuiu para a desqualificação da família pobre uma vez que para estes profissionais a mesma degenerava seus filhos com seus hábitos e comportamento desviantes.

Para os higienistas, a associação entre higiene (possível falta) e pobreza produziria doença, mas não a qualquer tipo de doença, mas a uma doença moral. Como afirmam Coimbra e Nascimento (2003):

A ‘degradação moral’ era especialmente associada à pobreza e percebida como uma epidemia que se deveria tentar evitar. Para erigir uma nação, os higienistas afirmavam que toda a sociedade deveria participar dessa ‘cruzada saneadora civilizatória’ contra o mal que se alojava no seio da pobreza” (COIMBRA & NASCIMENTO, 2003, p. 23).

Silva Júnior e Andrade (2007), ao estudarem arquivos da Liga produzidos no período de 1925 a 1942, destacam que estes documentos direcionavam-se “[...] exclusivamente para a necessidade de proteção social e (re) educação moral das crianças e da família brasileira” (p. 427). Para os autores, prevenir e preservar a infância se configurava como uma tática dos higienistas para combater o desenvolvimento de possíveis anomalias sociais.

O que se observa é que as diversas instituições que foram erguidas para dar conta da proteção à infância brasileira e as estratégias que foram desenvolvidas produziram práticas de controle da população pobre tida como perigosa. Faleiros (2009) aponta que:

A relação entre ordem e cidadania se expressa na articulação de políticas para os *perigosos*, nas políticas repressivas, seja com ênfase na tutela pessoal da criança, seja com ênfase na ordem geral a ser preservada, seja na consideração da criança como menor incapaz, seja na defesa da raça e da sociedade (FALEIROS, 2009, p.35-36).

Nesse sentido, a infância pobre aparece em nossa sociedade com uma infância que está em risco e que pode oferecer risco. As crianças têm sido colocadas como alvo de ações que buscam ora defendê-las, ora defender a sociedade dessa mesma criança que deve ser disciplinada (BULCÃO e NASCIMENTO, 2002).

Essas ações acionam tecnologias de governo desses corpos que produzem simultaneamente controle e proteção. A gestão da vida das crianças pobres é validada nesse jogo de proteção/controlado em que se busca obter um adulto normal e que não se constitua como ameaça à sociedade (HUNING e GUARESCHI, 2003).

A proteção é uma referência a uma formação política pautada em modelos hegemônicos, a uma sociedade “cientificamente planejada”, em que cada movimento, cada comportamento é enquadrado em padrões tecnicamente regulados (NASCIMENTO e SCHEINVAR, 2005, p. 58).

A família tem sido capturada nessa maquinaria de proteção/controlado da infância. Se por um lado, as funções que continuamente lhe são delegadas dão ênfase à sua densidade e em um movimento de refúgio em si própria por outro lado tem e continua despertando o interesse dos mais diversos especialistas e do Estado em adentrar, investir e gerir esta instituição em nome da proteção da criança.

3.3 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O GOVERNO DOS CORPOS: A FAMÍLIA, A MULHER E A CRIANÇA EM CENA.

Neste cenário de investimento sobre a família, a mulher, crianças e adolescentes podemos assinalar que tem sido desenvolvida além das ações de organismos multilaterais (que se constituem como foco de análise desta pesquisa) também uma extensa gama de políticas públicas com vistas à gestão destes corpos. Tais políticas que são desenvolvidas, muitas vezes são desdobramentos das indicações desses organismos multilaterais. Campos (2009) afirma que:

As análises das indicações emanadas dos organismos internacionais evidenciam o papel significativo que eles desempenham na elaboração e implementação de políticas, em diferentes áreas sociais, nos países da região, fornecendo amplo apoio técnico e, por vezes, financeiro aos governos e às organizações não governamentais. Esses apoios funcionam, muitas vezes, como fortes indutores, mobilizando adesões e arrefecendo resistências dos países em que pretendem intervir (p. 36).

As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de ações, medidas, desenvolvidas pelo Governo frente às demandas da sociedade, especialmente no que diz respeito à necessidade de diminuição da pobreza e das desigualdades sociais.

Assim, as políticas públicas se destinam e repercutem na vida dos cidadãos. O Estado, juntamente com diversas instituições produz políticas públicas, que logo após sua formulação se materializam em planos, programas, projetos, compondo bases de dados ou ainda sistemas de informação e pesquisas (GUARESCHI et. al, 2010).

Tomar-se-á nesta pesquisa a perspectiva foucaultiana de que o desenvolvimento dessas políticas que constituem como efeito da emergência simultaneamente do desenvolvimento da burguesia e do Estado-Nação a partir do século XVI. Considera-se que:

A emergência do Estado moderno dá-se em um contexto paradoxal ao mudar o foco da morte para a vida, pois, ao mesmo tempo, organiza a relação entre os indivíduos e o soberano, mediada por um contrato em que os primeiros devem conceder seu direito à vida para que o segundo a garanta e a potencialize. A vida é o elemento central que organiza a relação entre indivíduo e Estado e, portanto, concede aos indivíduos o patamar de cidadãos (GUARESCHI et. al., 2010, p. 334).

Com a entrada da vida no cenário político, desenvolveu-se uma série de mecanismos para geri-la, para dá conta dos problemas que a ela se relacionavam no plano individual e coletivo tal qual foi discutido no capítulo 2 desta dissertação. Nesse sentido, é que o Estado passa a promover políticas públicas que possam assegurar as condições de vida a toda a população (GUARESCHI et. al., 2010).

Entende-se que essas práticas se constituem como uma estratégia de medicalização da sociedade. Elas agenciam e agrupam pelo dispositivo da proteção esses segmentos.

Trata-se de um investimento na vida distribuído em categorias de sujeitos que passaram a necessitar de políticas públicas criadas a partir de suas características de gênero, faixa etária, classe social, função social, raça, localização geográfica, etc. (GUARESCHI et. al, 2010, p. 336).

Foi o Estado moderno, que nos últimos séculos construiu a figura do sujeito investido de direitos sejam eles civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, partindo de práticas polimorfos estatais e não estatais que intervém diretamente nos fenômenos que se relacionam à vida da população (GUARESCHI et. al., 2010).

Desta forma, esse processo se constitui como uma estratégia que “[...] aproxima diretamente Estado moderno, Políticas Públicas e Sujeito de Direitos na construção do elemento subjetivo das políticas públicas” (GUARESCHI et. al, 2010, p. 337). Trazendo esse debate da constituição de sujeito de direitos para o Brasil, percebeu-se que foi com a promulgação Constituição cidadã, em 1988, fruto de um amplo processo de debates e

articulações dos mais diversos segmentos da sociedade, que o indivíduo ganhou *status* de cidadão³.

Em seu artigo 6º, a Constituição de 1988 aponta quais são os direitos sociais⁴. É para a garantia desses direitos que se têm formulado e desenvolvido políticas públicas pautando-se na ideia de que:

Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades produzidas pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2010, p.10).

Para a garantia desses direitos sociais, além da Constituição de 1988, outros documentos normativos também foram produzidos para viabilizar os sistemas de proteção como a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), a LOS (Lei Orgânica de Saúde), o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) entre outros além da criação de secretarias específicas.

A seguir, apresentar-se-á um breve recorte de políticas que tem sido desenvolvida pelo Governo brasileiro na tentativa de efetivar os direitos sociais. No entanto, é importante destacar que não se deve deixar levar pelo feitiço das políticas públicas, que se configura segundo Scheinvar (2009) como “[...] o uso de discursos internacionalmente avançados para camuflar práticas que têm efeitos permissivos por não serem reveladas e coagidas, estimulando a violação dos direitos firmados em lei” (p.31).

3.3.1 – FAMÍLIA

A família é apontada, na Constituição de 1988 como parceira do Estado e da sociedade civil para garantir os direitos dos indivíduos, seja da mulher, da criança ou do idoso. Dessa maneira, tanto na área da saúde como na área da assistência social (que compõe

³ Entendemos que a “conquista” da cidadania não se encerra na materialização da Constituição nem tampouco se constitui e um processo simples. Para ampliação do debate desta temática no cenário brasileiro sugerimos a leitura de “*Cidadania no Brasil: o longo caminho*” de Jose Murilo de Carvalho e “*Cidadania tutelada e cidadania assistida*” de Pedro Demo.

⁴ Constituem-se como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

o sistema de seguridade social juntamente com a previdência social) o Governo Federal vem criando e implementando políticas para promover o fortalecimento da família para enfrentamento de situações de vulnerabilidade social, bem como para protegê-la para que ela possa correlatamente cuidar de seus membros.

Na área da Assistência Social, destacam-se o PAIF e o PAEFI. Estes programas integram o sistema de proteção básica e especial do SUAS. O PAIF (Serviço Proteção e Atendimento Integral à Família) se constitui como um programa pelo qual se oferecem serviços sócioassistenciais no espaço dos CRAS⁵ de forma continuada, no intuito de prevenir situações de rompimento de vínculos ou violência no âmbito das relações familiares, para que o direito de convivência familiar e comunitária seja garantido.

Já, o PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às famílias e indivíduos) tem por objetivo apoiar, orientar e fazer o acompanhamento de famílias e indivíduos em situações onde seus direitos estejam ameaçados ou foram violados, se articulando aos órgãos que integram o sistema de garantia de direitos.

Destaca-se também o Programa Bolsa família, um programa de transferência de renda que busca apoiar as famílias e complementar o orçamento da mesma, com a concomitância de fomento à escolarização de crianças e adolescentes e paralelamente a encaminhamentos para oficinas de profissionalização dos adultos responsáveis pelas crianças.

Na área da saúde, há o Programa Saúde da Família (PSF), que se constitui como uma estratégia onde através da criação de equipes multiprofissionais visa acompanhar certo número de famílias a partir da delimitação de uma área geográfica. Essas equipes são responsáveis por desenvolver “[...] ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade” (MS, ano).

3.3.2 – A MULHER

No decorrer da década de 1970, diversas foram as correntes de pensamento e ideologias políticas que marcaram a contestação da ditadura militar. E, nesse cenário, a atuação de diferentes grupos feministas se espalhou no país, tendo como pauta a luta pela

⁵ De acordo com a LOAS, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) se constitui como um espaço onde são ofertados serviços da proteção básica.

redemocratização a fim de defender a autonomia das mulheres mediante os homens, a família e o Estado.

Para discutir as políticas direcionadas à mulher é importante destacar a atuação do movimento feminista, haja vista que este movimento abriu espaço para a desnaturalização das relações entre homens e mulheres ao lançar mão do conceito de gênero.

Os estudos das áreas das ciências sociais e da antropologia têm destacado que o conceito de relações de gênero está ligado aos fatores históricos e socioculturais conferidos aos corpos e produzindo-os, ao instituir a ideia de feminino e masculino.

E o que se constitui, na sociedade como relativo ao feminino? Construções que ao longo da história foram sendo atribuídas como intrínsecas e naturais à mulher: a maternidade, o cuidado com a casa e com os filhos, já que culturalmente pensa-se a repartição de tarefas como prolongamento das diferenças anatômicas entre os sexos. Para Scott (1995),

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque, mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas” (SCOTT, 1995, p.76).

Essas lutas no âmbito das questões trazidas pelo movimento feminista foram incorporadas na agenda do governo brasileiro. Nesse sentido, destacamos a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Ressalta-se ainda que, em 2003 foi criada, pela Medida Provisória 103 a Secretaria de Políticas para Mulheres. Ela visa ao desenvolvimento de ações em parceria com Ministérios e Secretarias Especiais, pretendendo “[...] incorporar as especificidades das mulheres nas políticas públicas e o estabelecimento das condições necessárias para a sua plena cidadania”. Constituem-se como competências dessa secretaria:

- assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- . elaborar e implementar campanhas educativas e não discriminatórias de caráter nacional;
- . elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e das demais esferas de governo;
- . promover a igualdade de gênero; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- . promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre

mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e três Subsecretarias”.
(<http://www.sepm.gov.br>)

3.3.3 – A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Os dispositivos legais que foram criados voltados para as crianças e adolescentes no Brasil marcam o intenso processo de assistência/regulação dessa população. A legislação que vigora atualmente é o ECA (Estatuto da criança e do Adolescente) que busca consolidar a doutrina da proteção integral e a noção de que a criança e o adolescente se constituem como sujeitos de direitos.

Esse novo dispositivo legal passa a considerar os novos interesses e necessidades a serem defendidos e preservados. O Estatuto tem como proposta construir um modelo que dê conta da proteção integral de crianças e adolescentes, que não se limite a sanar a violação de direitos, mas que busque antecipar-se à violação (LEMOS, 2008).

No entanto, concorda-se com Lemos (2008) quando esta ressalta que “[...] não podemos imputar a um conjunto de leis o poder revolucionário de mudar toda a realidade brasileira”. (p. 98), uma vez que se compreende que o peso de uma história de violação aos direitos das crianças e jovens, não são revertidos apenas com mudanças de ordem legais (embora sejam marcos de inegável importância), exigindo mudanças de ordem cultural.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069, de 13 de julho de 1990, que se consistiu na regulamentação do artigo 227 da Constituição Federal de 1988, é o instrumento legal que busca superar o Código de Menores de 1979 e as ações do Estado que eram direcionadas às crianças em situação considerada como irregular. O ECA dispõe que as crianças e adolescentes se constituem como prioridade nas políticas públicas. Em vista disso, o Governo Federal tem criado programas na área da educação, saúde e assistência social para serem executados pelos municípios.

O PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é um programa que visa retirar/enfrentar situações de trabalho à que crianças e adolescentes até 16 anos estejam submetidos. Também está associado à escolarização e ruptura com um ciclo de desigualdades e de manutenção de violação de direitos, sobretudo no que tange à exploração do trabalho infanto-juvenil. O PROJOVEM adolescente se constitui como um serviço de convivência

executado no espaço dos CRAS que visa fortalecer os vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos.

Na área da saúde, destaca-se a área Técnica de Saúde da Criança e Aleitamento Materno (DAPES/ SAS/ MS) que “tem como objetivos elaborar as diretrizes políticas e técnicas para a atenção integral à saúde da criança de zero a nove anos e apoiar a sua implementação nos estados e municípios”. Ressalta-se que as ações referentes a esta área técnica fazem parte das metas a serem alcançadas pelo Brasil para o “desenvolvimento do milênio”, apontadas pela ONU.

3.4 – O UNICEF E AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DA INFÂNCIA

O Brasil, assim como diversos outros países subdesenvolvidos, tem recebido de forma massiva assessorias, recomendações e propostas de organismos internacionais, principalmente na área da infância, para a elaboração e implementação de políticas sociais para o combate à pobreza (ROSEMBERG, 2011). No Brasil, bem como mundialmente o organismo que atua diretamente com questões relacionadas à infância é o UNICEF.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) é um organismo vinculado à ONU que promove e desenvolve ações na área da infância e adolescência. Ele foi fundado, em 1946, em uma Assembleia das Nações Unidas e nasce como um fundo de emergência no intuito de prestar auxílio às crianças vitimizadas pela Segunda Guerra Mundial na Europa, no Oriente Médio e na China. Gradativamente, tornou-se uma agência que passou a priorizar a infância e seus direitos em seu aspecto global (FULLGRAF, 2007).

Este Organismo delega para si a missão de: “assegurar que cada criança e cada adolescente tenham seus direitos humanos integralmente cumpridos, respeitados e protegidos”. (UNICEF). No Brasil, o UNICEF teve o primeiro escritório inaugurado em 1950, sediado em João Pessoa – PB. Atualmente, possui sede em Brasília e escritórios regionais que estão sediados: em Belém, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Lemos (2009) destaca que esse organismo atua no país:

[...] realizando assessorias; publicando livros e relatórios; promovendo eventos temáticos a respeito dos direitos de crianças e de adolescentes; financiando projetos de proteção e intervindo diretamente na assistência à infância e juventude, no país (LEMONS, 2009, p. 01).

Os documentos que são produzidos e amplamente divulgados por este organismo possuem argumentos e justificativas que são pautadas no apelo humanitário, que põe em evidência as condições de pobreza, violência à que crianças do mundo inteiro estão submetidas, delineando um mapa dessas questões, mas, as soluções apontadas se constituem como imediatistas, pois não se direcionam para um enfrentamento dos aspectos estruturais que produzem o que é denunciado nos próprios documentos (CAMPOS e CAMPOS, 2008).

Nesse sentido, afirma-se que os discursos que são veiculados pelo UNICEF “[...] naturalizam o debate sobre pobreza e exclusão, focalizando muito mais os efeitos do que as causas dos problemas sociais que procura superar” (FULLGRAF, 2007, p.101).

Campos e Campos (2008) destacam que o UNICEF, bem como outros organismos internacionais como o Banco Mundial não consideram a pobreza como um problema de ordem estrutural e conjuntural “[...] mas sim como uma questão residual dos processos de reformas estruturais dos Estados, cujos desdobramentos resultam em desenvolvimento inadequado (p. 244)”.

Pode-se afirmar que dentro da perspectiva dos ajustes neoliberais (que não se limitam à esfera econômica, mas alcançam o âmbito político-institucional e das relações sociais), os pobres se constituem como:

[...] alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse modelo de acumulação: no domínio do mercado existem, “naturalmente” ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora (SOARES, 2009, p.13).

Essas políticas de ajustes, que foram desenvolvidas no Consenso de Washington, reconfiguram a hierarquia das relações econômicas e políticas internacionais que passam a se pautar na doutrina neoliberal (SOARES, 2009). O Consenso de Washington se constitui como um conjunto de medidas de estabilização da economia, sugeridas por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI e adotadas pelas administrações políticas dos países latino-americanos (GENTILI, 1998).

Não obstante, as proposta trazidas pelo Consenso de Washington nada mais são do que uma tentativa de racionalização das consequências que agravaram a situação de pobreza de praticamente todos os países periféricos que foram submetidos aos ajustes neoliberais (SOARES, 2009).

Dentre as recomendações trazidas pelos organismos multilaterais, para o combate a pobreza, e aqui enfatizamos a atuação do UNICEF, podemos identificar que a estratégia

organismo está centrada e direciona-se para a família, pois para o UNICEF a família se constitui a *base de tudo*⁶.

Desta forma, este organismo organiza e disponibiliza diversos documentos para capacitar, fortalecer a família. Entende-se, contudo, que esses documentos ofertam parâmetros e normas que orientam práticas sociais, políticas, econômicas, culturais e de subjetivação da população e dos corpos. Para o UNICEF, fortalecer as competências familiares refere-se a:

[...] estimular comportamentos, práticas e habilidades que promovam a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a efetiva participação da criança nas atividades do seu dia-a-dia (UNICEF, 2005, p.15).

Assim, evidencia-se nos documento do UNICEF que o investimento sobre a vida da criança aparece intimamente relacionado ao investimento na família, na maneira como esta se organiza para oferecer à criança plenas condições para seu desenvolvimento.

Esse tipo de investimento é possível por se enxergar a família como um espaço social natural da criança (ARIÈS, 2006), um lugar supostamente próprio para se operar uma combinação de dispositivos e discursos de cunho higienista e moralizante, que sugerem mudança nos hábitos e costumes, e mais ainda, o ajustamento dos comportamentos para o funcionamento da sociedade.

O UNICEF pretende transformar a família num espaço pedagogicamente orientado (CAMPOS e CAMPOS, 2009). Dessa forma, o que se pode perceber é que as estratégias que acionam a família para proteger a infância ainda estão:

[...] impregnadas de idealizações, das quais a chamada família nuclear é um dos símbolos. A maior expectativa é que ela produza cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem (CARVALHO, 2002, p.15).

Entende-se que as propostas do UNICEF se inscrevem em uma forma de gestão da infância que apontam essa etapa da vida como um momento singular para o investimento na criança como capital humano futuro destacando que a maneira como ela é cuidada pela família nesse período implicará uma série de redução de gastos econômicos e sociais para o Estado.

⁶ Em uma publicação intitulada “*Família Brasileira: a base de tudo*”, o UNICEF destaca a relevância da família para pensar questões da infância, bem como para a transformação da sociedade brasileira.

Esse é fundamento do neoliberalismo que transfere para o campo privado e individualiza a resolução de problemas que dizem respeito à esfera política e econômica. Conforme aponta Scheinvar (2006):

[...] a família passou a constituir um espaço privado, cuja atribuição maior é a responsabilidade por seus membros. Assumida por uma série de estratégias de controle disciplinar, a prática familiar produz efeitos tanto no seu âmbito interno (privado) como no âmbito público (ordem pública) (p. 50).

Deste modo, à família tem sido atribuído o sucesso ou fracasso do indivíduo, na vivência em sociedade, sem problematizar os limites desta instituição, desencadeando um processo de culpabilização da família. Essa estratégia do UNICEF está em consonância com os princípios do neoliberalismo americano estudado por Foucault (2008c), fazendo que o indivíduo possa aderir às ideias do mercado econômico se tornando um empreendedor de si mesmo (GUARESCHI et. al., 2010).

Desta forma, o empreendedor de si é aquele que investe em si, já que ele é seu próprio capital, é seu produtor, sua própria fonte de renda (FOUCAULT, 2008c).

Assim as prescrições que o UNICEF traz para a família em seus documentos se constituem como uma estratégia de investimento que por sua vez produzirá efeitos no que diz respeito à potencialização do capital humano da criança, isso por que:

Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado de seu filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição da competência-máquina, ou se vocês quiserem, para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagram tantas horas do que se lhe consagram muito menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano (FOUCAULT, 2008c, p. 315).

Percebeu-se desta forma que a atuação do UNICEF, a partir do discurso institucionalizado da proteção e de prevenção de riscos para as crianças e adolescentes, tem governado a conduta das famílias cotidianamente.

CAPÍTULO 4

CARTOGRAFIA DO “KIT FAMÍLIA BRASILEIRA FORTALECIDA”

“Por fora parece uma caixa de brinquedo, dentro tem conhecimentos e informações que podem mudar a vida da família, em especial das crianças pequenas”. (UNICEF)

4.1 APONTAMENTOS ACERCA DO KIT

O “kit família brasileira fortalecida” é um documento que foi publicado pelo UNICEF em 2004, contando com a parceria do Governo Federal e outros 29 parceiros desta agência multilateral. O “kit família brasileira fortalecida” integra e se constitui como um instrumento do *Programa Família Brasileira Fortalecida pela educação infantil*, programa este que visa contribuir para que o Brasil possa cumprir com os objetivos de desenvolvimento do milênio estabelecidos pela ONU⁷. Para Fullgraf (2007), os compromissos que foram evocados para o desenvolvimento do milênio:

[...] refletem os processos e estruturas que constituem as relações que se estabelecem entre o UNICEF e os Estados nacionais, uma vez que esses mesmos Estados se comprometem a cumprir metas e prazos para melhorar a vida das crianças. (FULLGRAF, 2007, p. 97)

O *Programa Família Brasileira Fortalecida pela educação infantil* foi implementado pelo MEC/UNICEF, em 2005 e integra o Programa de Formação PROINFANTIL⁸ do MEC. O *Programa Família Brasileira Fortalecida pela educação infantil* tem como objetivo:

⁷ Os objetivos para o desenvolvimento do milênio são resultado de diversas conferências realizadas pela ONU. São eles: Erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento. Para mais informações: <http://www.pnud.org.br/odm/#>, http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm, e <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>

⁸ Para mais informações a cerca do PROINFANTIL recomendamos: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=548&id=12321&option=com_content&view=article

Aprimorar a parceria entre a instituição de Educação Infantil (creches e pré-escolas) e as famílias e/ou responsáveis pelas crianças que a frequentam, bem como contribuir com as famílias na ampliação de seus conhecimentos sobre a criança e seus direitos (MEC, 2007, p. 27).

O intuito, nesse momento não é problematizar esse programa, mas entender que é necessário apresentá-lo (ainda que brevemente) para conhecer o instrumento que o viabiliza, o kit Família Brasileira Fortalecida.

Esse kit é formado por cinco álbuns que tem por objetivo instrumentalizar a família no cuidado com a criança. Em cada álbum são destacadas informações, orientações para cada período da infância e também para o período que antecede o nascimento da criança: o álbum 1 se destina ao Pré-natal, parto e pós-parto, o álbum 2 versa sobre o primeiro mês de vida, o álbum 3 fala da criança do 2º ao 12º mês, o álbum 4 abrange a criança de 1 a 3 anos e o álbum 5 se refere a criança de 4 a 6 anos.



Capa do álbum 1



Capa do álbum 2



Capa do álbum 3



Capa do álbum 4



Capa do álbum 5

Segundo definição do UNICEF: “o kit Família Brasileira Fortalecida contém cinco álbuns **que explicam os cuidados necessários** para as crianças desde a gestação até os 06 anos de idade, **período de vida determinante para o desenvolvimento integral de meninas e meninos**”.

Essas práticas de cuidado que são apontadas neste documento se ancoram e se articulam a regimes de verdade, como a medicina pediátrica, a pedagogia, a psicologia, constituindo dispositivos de poder/saber a respeito da infância, possibilitando desta forma estabelecer parâmetros do que se configura como normal/ anormal para o desenvolvimento das crianças (SANTOS, 2009). Afinal, como destaca Foucault (1979) “[...] como julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (p. 180).

Os álbuns são compostos de várias ilustrações, boxes e rodapés com informações rápidas que articulam prescrições e aconselhamentos. As práticas de cuidado que o UNICEF sistematiza, no “kit Família Brasileira Fortalecida” prescrevem uma série de normas para a família se referenciar, já que “[...] a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar” (FOUCAULT, 1999, p. 302).

Assim, procurar-se-á a seguir cartografar o kit, buscando mapear e destacar assuntos que se entrecruzam a partir da leitura deste documento e em seguida apresentamos os trechos retirados de cada álbum.

Entende-se que neste documento existem múltiplas possibilidades de temas para serem analisados, mas foi necessário recortar aqueles que em nosso entendimento se constituem como de maior visibilidade dentro do documento em questão.

4.1.1 – A EDUCAÇÃO DA FAMÍLIA COMO ESTRATÉGIA DE MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O destaque que a família tem recebido em campanhas sanitárias, em discursos pedagógicos, na normalização jurídica e em diversas práticas profissionais na atualidade se configura como expressão da naturalização de uma estrutura social cujo suporte se constitui a partir de uma perspectiva indivíduo-família (SCHEINVAR, 2006). Esta situação é possível porque, historicamente, foi construída e atribuída à família uma série de funções:

[...] responsabilidade pelo gerenciamento dos “interesses privados”, cujo bom andamento é fundamental para vigor dos Estados. [...] Elemento essencial da produção, ela assegura um funcionamento econômico [...]. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde (PERROT, 2009, p. 91).

Essas “funções” são atualizadas nesse documento e convoca-se a família para dar conta de questões que têm sido colocadas como de urgência no cenário político e econômico do país, como se a ela coubesse reverter esse quadro (SCHEINVAR, 2006). Isso se torna possível, pois “[...] a família é uma instância cuja heterogeneidade face às exigências sociais pode ser reduzida ou funcionalizada através de um processo de flutuação das normas sociais e dos valores familiares” (DONZELOT, 1980, p. 13).

A estratégia para dar conta dessas funções é promover a educação das famílias. Essa educação se inscreve numa perspectiva de criar oportunidades, estimular, desenvolver mecanismos de capacitação para os pais para que os mesmos possam criar seus filhos não de qualquer maneira, mas da maneira “certa”, que implicará no desenvolvimento das potencialidades da criança (CAMPOS, 2009).

Deste modo, educa-se intervindo na família, esclarecendo-a em relação aos possíveis problemas com relação às crianças e apontando as medidas para saná-las. As práticas de cuidado presentes no “kit” são destacadas como necessárias e úteis e produzem um modo de ser família. Este manual visa forjar uma família atenciosa, amorosa, cuja dedicação é

completamente voltada para a atenção à criança, aproximando-se do modelo nuclear burguês, representada por pai, mãe e filhos. São naturalizados determinados arranjos familiares e sentimentos.

Há um processo de produção de subjetividades no sentido de naturalizar a institucionalização de um modelo hegemônico de família, que opera por meio da discriminação de outras relações familiares, como as constituídas por mães solteiras, por parentes que assumem a responsabilidade pelas crianças, por casais separados, por pais que realizam atividades consideradas ilegais ou imorais etc., embora todas elas sejam formas coesas de organização familiar, produzidas historicamente (SCHEINVAR, 2006, p.51).



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 1



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 5

Esse processo de naturalização de determinado arranjo familiar (pai, mãe e filhos) cria espaço para desqualificar outras formas concorrentes, produzindo determinados rótulos como “famílias desestruturadas”, ou seja, aquelas que precisam ser trazidas para a norma. No entanto, Mello (2002) ressalta que:

A existência dos modelos normativos não mereceria maior consideração, se estes não fossem tomados como padrões a partir dos quais são medidos os desvios. Mais ainda, não teriam importância se, como modelos ideais, não fossem veiculados a toda hora pelos meios de comunicação, como o certo, o desejável (p. 56-57).

Este manual do UNICEF destaca as responsabilidades da família e se propõe a instrumentalizá-la. Percebe-se desta forma que a família é apontada como meio natural em que a criança se desenvolve, aprende a base para a vida adulta, constituindo-se como referência das condutas da criança, configurando-se assim como um instrumento que articula cuidados individuais e saúde do corpo social (FOUCAULT, 1979).

Também há uma atualização de práticas higienistas nas proposições dos manuais, ao apontar propostas de transformação dos hábitos da família, estabelecendo padrões e normas para essa instituição se referenciar em seus modos de organização e de relacionamento.

Álbum 1

“Família é o grupo de pessoas que convivem unidas por laços de compromissos ou não e podem ter responsabilidades mútuas.” (p.1)

“Tanto o pai como a mãe têm deveres e responsabilidades em relação à sua família”. (p.1)

“A família é responsável pela vida e pelo desenvolvimento de suas crianças, com o apoio da comunidade e do governo”. (p.1)

“A família deve conhecer os sinais de perigo na gravidez”. (p.6)

“Ficar pertinho da mãe, do pai e da família ajuda o bebê a crescer e a se desenvolver”. (p.30)

Álbum 2

“A família deve receber a mãe num ambiente de amor e respeito”. (p. 1)

“A tarefa de educar, proteger e cuidar do bebê é da família” (p. 3)

“É importante que a família também conheça os sinais de risco depois do parto”. (p.4)

“Família informada cuida melhor do bebê”. (p.8)

“A família precisa ter uma rotina para organizar a vida do bebê”. (p. 16)

“A segurança do bebê depende do cuidado e da atenção dos pais e da família”. (p. 23)

Álbum 3

“O bebê aprende com a família a se relacionar com os outros” (p.3).

“O bebê aprende e se desenvolve quando é criado pela família com amor, carinho, conversa, músicas e brincadeiras”. (p. 3)

“Todos os momentos em que a família passa com o bebê, conversando, lendo, cantando, tocando-o e brincando são importantes para desenvolver sua inteligência e suas emoções”. (p.4)

“Pai e mãe devem cuidar juntos do bebê. A responsabilidade é dos dois” (p.5)

“A família deve amar, proteger, cuidar e educar”. (p. 5)

“Todas as crianças têm direito a ter uma família e precisam dela”. (p. 5)

“O atraso no desenvolvimento do bebê, em alguns casos, pode ser recuperado com os cuidados da família”. (p. 10)

“É importante que a família saiba identificar os sinais de doença para procurar o serviço de saúde o mais cedo possível”. (p. 11)

“A família precisa estar sempre atenta para prevenir acidentes”. (p. 22)

“A família é responsável pela proteção e segurança da criança” (p.25)

“A família deve proteger a criança dos acidentes domésticos”. (p.25)

“O bebê aprende bons hábitos de higiene com a sua família”. (p.28)

Álbum 4

“A família deve estar perto da criança para que ela se sinta protegida ao aprender a andar”. (p. 1)

“A família precisa ensinar com firmeza e sem violência o que a criança pode e o que não pode fazer”. (p. 5)

“Os pais educam pelo exemplo das palavras e atitudes” (p. 12)

“A família tem o dever de ensinar a criança a reconhecer e respeitar regras, valores e costumes diferentes dos seus”. (p. 12)

“A família é responsável por cuidar da criança e protegê-la em casa e na comunidade”. (p. 14)

Álbum 5

“A criança aprende com a sua família a conhecer, valorizar e respeitar os hábitos, costumes e formas de ser de outras pessoas”. (p. 2)

“A família fortalece a sobrevivência, o crescimento, a proteção e a participação da criança”. (p. 02)

“A criança aprende com sua família o que é ser menino e menina, homem e mulher”. (p. 3)

“As regras e normas que a criança aprende com a família são importantes para a sua vida na comunidade” (p. 4)

“Na família, inicia-se o aprendizado básico de como se estabelecem as relações de respeito mútuo, solidariedade e responsabilidade”. (p. 5)

“Se a família responde à criança com mentira, está ensinando-a a mentir”. (p. 8)

“A família precisa conversar com a criança sobre o que ela vê na televisão. Os valores da família são mais importantes do que aqueles que a televisão transmite”. (p. 14)

Além de textos verbais, o kit família brasileira fortalecida é composto de imagens que ilustram o cotidiano da família a que quer ser atingida, construindo também como um dispositivo que forja modos de ser família.

De acordo com Muller (2011), “[...] vivemos em uma cultura permeada de imagens que penetram nossas vidas e modulam nossas concepções [...]”. A imagem tem se constituído como uma fabricação que materializa o cotidiano, os costumes de determinada época, de uma sociedade, de uma cultura.

A utilização de imagens com fins pedagógicos não é nova. A concepção de que através da imagem pode-se promover o ensino para os indivíduos tem início com a Igreja católica com suas imagens sacras, no século XVII posteriormente, estendendo-se ao campo da arte e difundindo-se em diversos outros espaços (CUNHA, 2005). As imagens não se destinam somente a informar um leitor, mas também se constituem como produtoras de verdades.

Muito além de uma “neutralidade”, as imagens modelam nossos modos de ver, narram o mundo a partir de determinados pontos de vista, territorializam tribos, constroem e disputam significados. A regularidade, a insistência, os padrões estéticos das imagens [...] tem o poder de adestrar nossos olhares de tal modo que até as estruturas formais podem ser “lidas” a partir dos significados inscritos nas imagens (CUNHA, 2008, p. 05).

As imagens que compõem o Kit Família Brasileira Fortalecida estabelecem regimes de verdade e funcionam como dispositivo pedagógico que ditam, prescrevem orientações de cuidado a serem seguidas. Desta forma, seu caráter educativo aparece a partir da organização e seleção de imagens que no cenário doméstico mostram as ações que cada indivíduo deve ter/fazer (MULEER, 2011).

O Kit Família Brasileira Fortalecida traz diversas imagens que materializam as práticas de cuidado e que sujeitam os indivíduos a padrões e normas, já que “a imagem é corretiva sem ser coercitiva, divulgando a conduta correta como se fosse resultado da espontaneidade dos indivíduos” (VREESWIJK, 2009, p.145). Essas imagens terminam por homogeneizar os modos de ser, definindo comportamentos, e essas definições acabam se atrelando a determinados padrões que não apreciam diferenças (CUNHA, 2010).

4.1.2 - HIGIENE DOS CORPOS E DOS ESPAÇOS

Para Áries (ano), no Antigo Regime, a casa se constituía como um espaço indiferente. Em um único compartimento se fazia de tudo: refeições, dormir, dançar, trabalhar, receber visitas. No entanto, para o autor, a partir do século XVIII, pode-se observar uma “especialização dos cômodos” (p.185). Essa reorganização da casa possibilitou maior intimidade da família que, agora reduzida aos pais e filhos.

Para Foucault (1979), é também a partir desse período (século XVIII) que se pode evidenciar a emergência de uma preocupação político-econômica com a arquitetura dos espaços principalmente por parte da medicina social. As formas de habitar, as condições de moradia, os hábitos dos indivíduos passaram a constituir-se paralelamente com a noção de higiene pública, como uma estratégia de medicalização das cidades. Logo, a casa passou a se constituir como um espaço pelo qual a medicina estrategicamente passou a regular os indivíduos e a família (COSTA, 1979).

A organização da casa aparece neste manual como elemento facilitador da convivência familiar, destacando a importância de organizar este espaço de forma funcional à vigilância dos filhos, prevalência da intimidade, estruturada de forma que se torne um ambiente higiênico, acolhedor e seguro ao desenvolvimento da criança, conforme as prescrições higienistas estudadas por Donzelot (1980) e por Costa (1979).



Kit Família Brasileira Fortalecida, Álbum 1



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 3

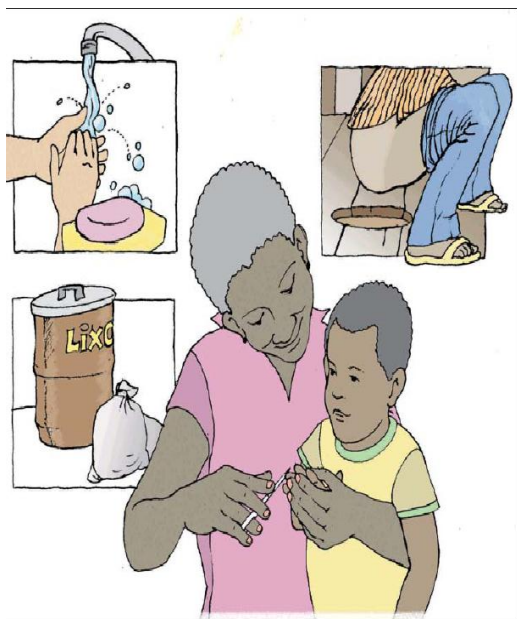
As práticas de higiene propostas no Kit Família Brasileira Fortalecida não se restringem ao lugar de moradia. Também se dirigem aos corpos daqueles que ocupam esse espaço. Segundo as proposições do Kit, esses corpos também devem se manter higiênicos, para que a boa saúde possa ser alcançada.



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 4

Cabe, destacar que o corpo se constitui historicamente como alvo de investimento de diversas práticas de poder-saber.

[...] apoiadas numa tecnologia disciplinar que se formou ao longo dos séculos XVII e XVIII, as sociedades modernas desenvolveram uma maquinaria política de produção de corpos e subjetividades – individuais e coletivos – uma vez que nestas sociedades as práticas de governo visam regular a conduta e a vida dos corpos dos indivíduos, como visam regular também a saúde e a vida dos corpos das populações (PRADO FILHO e TRISOTTO, 2008, p. 118-119).

Foucault (1979) mostra que foi no controle dos corpos que a sociedade capitalista investiu. O corpo passou a ser tomado como “[...] uma realidade bio-política [...]” (FOUCAULT, 1979, p.80), e a medicina se constituiu como a estratégia pela qual se tornou possível a educação dos corpos para produção da saúde, já que quando os traços biológicos passaram a compor o cálculo da gestão econômica do Estado, a medicina foi incumbida em desenvolver uma série de mecanismos regulamentadores da higiene da população.

No texto *O nascimento da medicina social*, Foucault (1979) historiciza os três vetores pela qual se desenvolveu a medicina social que seriam: a medicina de Estado, a medicina urbana e a medicina a força de trabalho. A medicina de Estado foi desenvolvida na Alemanha a partir do século XVIII. Nesse país rapidamente produziu-se uma ciência de Estado que possibilitou que o mesmo se constituísse como “[...] objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimento [...]” (FOUCAULT, 1979, p. 81).

Foi na Alemanha, que diferentemente de países como a França e a Inglaterra, se estabeleceu uma prática médica que se concentraria em melhorar o nível de saúde da população. Foi para dar conta dessa questão que foram criados programas nomeados como “política médica de um Estado”. Foi também nesse período que se desenvolveu a noção de “polícia médica” que consistia em:

1º) Um sistema muito mais completo de observação da morbidade do que os simples quadros de nascimento e morte. Observação da morbidade pela contabilidade pedia nos hospitais e aos médicos que exercem a medicina em diferentes cidades ou regiões e registro, ao nível do próprio Estado, dos diferentes fenômenos epidêmicos ou endêmicos observados.

2º) Um fenômeno importante de normalização da prática e do saber médicos. Procura-se deixar às universidades e, sobretudo à própria corporação dos médicos o encargo de decidir em que consistirá a formação médica e como serão atribuídos os diplomas. Aparece a ideia de uma normalização do ensino médico e, sobretudo, de um controle, pelo Estado, dos programas de ensino e da distribuição dos diplomas. A medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico. O médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha.

3º) Uma organização administrativa para controlar a atividade os médicos. Tanto na Prússia quanto nos outros Estados alemães, ao nível do Ministério ou da administração central, um departamento especializado é encarregado de acumular as informações que os médicos transmitem, ver como é realizado o esquadramento médico da população, verificar que tratamentos são dispensados, como se reage ao aparecimento de uma doença epidêmica, etc., e, finalmente, emitir ordens em função dessas informações centralizadas. Subordinação, portanto, da prática médica a um poder administrativo superior.

4º) A criação de funcionários médicos nomeados pelo governo com responsabilidade sobre uma região, seu domínio de poder ou de exercício da autoridade de seu saber. É assim que um projeto adotado pela Prússia, no começo do século XIX, implica uma pirâmide de médicos, desde médicos de distrito quem têm a responsabilidade de uma população entre seis e dez mil habitantes, até oficiais médicos, responsáveis por uma região muito maior e uma população entre trinta e cinco e cinquenta mil habitantes. Aparece, neste momento, o médico como administrador da saúde (FOUCAULT, 1979, p. 83).

Esses fenômenos são apontados por Foucault (1979) como características da medicina de Estado. Essa medicina não objetivava constituir uma força de trabalho para ajustá-las às necessidades colocadas pelas indústrias. Não era o corpo que executa uma atividade laboral para quem se direcionava as práticas médicas do Estado. Era o corpo dos indivíduos que constituíam a população, a força do Estado, que a medicina ficaria incumbida de aprimorar e desenvolver.

A medicina urbana é apresentada por Foucault (1979) como o segundo caminho pelo qual a medicina social se desenvolveu. A preocupação aqui passa a ser com a cidade, sua estrutura, seu crescimento, sua salubridade, a forma que esta vai adquirir com o fenômeno da

urbanização. Foi no final do século XVIII, que na França, se passou a pensar a organização administrativa das cidades, por diversas razões entre elas as políticas e econômicas, além do desenvolvimento do chamado “medo urbano”⁹.

O mecanismo adotado diante dessas questões foi o modelo médico-político da quarentena. A medicina urbana se constituiu como aprimoramento do modelo da quarentena e a higiene pública passou a ser constituída como uma transformação da temática da quarentena (FOUCAULT, 1979).

A medicina urbana objetivava: analisar os espaços que poderiam se constituir como foco de produção de doenças, oferecendo perigo à cidade; controlar a circulação dos elementos, principalmente da água e do ar, já que no século XVIII tanto a água quanto o ar eram tidos como principais vetores para o adoecimento; e por fim distribuir e organizar nos espaços da cidade os diferentes equipamentos que se configuravam como necessários para a vida urbana (FOUCAULT, 1979).

Isso tornou possível a medicalização da cidade e o desenvolvimento da noção de salubridade que se configura como “base material social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos” (FOUCAULT, 1979, p. 93). Paralelamente a esta noção, também é desenvolvida a noção de higiene pública, que seria uma “[...] técnica de controle e modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (ibidem, p. 93).

Foucault (1979) demonstra por meio do exemplo da Inglaterra o terceiro caminho da medicina social. Sua proposição é a de que a medicina dos pobres, bem como a força de trabalho não se constituiu como o primeiro ponto para qual convergiu o investimento da medicina social. Primeiramente, o Estado foi medicalizado, posteriormente, a cidade e, por último, os pobres e os trabalhadores.

Os pobres não foram colocados como causadores de perigo médico no século XVIII, pois a função que os mesmos desempenhavam na cidade não permitia sua exclusão. Havia uma utilidade instrumental dos pobres à vida urbana (FOUCAULT, 1979). É no século XIX que emerge a figura do pobre como perigo e criam-se diversas medidas a serem adotadas

⁹ Para Foucault (1979) o medo urbano consistia em um “[...] medo da cidade, angústia diante da cidade que vai se caracterizar por vários elementos: medo das oficinas e fábricas que estão se construindo, do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das *caves* sobre as quais são construídas as casas que estão sempre correndo risco de desmoronar” (p.87).

para a segurança da cidade. É principalmente com a *Lei dos Pobres* que se estabeleceu um mecanismo de controle médico dos pobres:

Com a *Lei dos Pobres* aparece, de maneira ambígua, algo importante na história da medicina social: a ideia de uma assistência controlada, de uma intervenção médica que é tanto uma maneira de ajudar os mais pobres a satisfazer suas necessidades de saúde, sua pobreza não permitindo que o façam por si mesmos, quanto um controle pelo qual as classes ricas ou seus representantes no governo asseguram a saúde das classes pobres e, por conseguinte, a proteção das classes ricas (FOUCAULT, 1979, 95).

Outra estratégia desenvolvida e que complementaria a *Lei dos Pobres* seria o *health service*. O *health service* se caracterizava por prestar serviços, que não se restringiam aos cuidados individuais, mas para a população de maneira geral, localizando e intervindo em locais considerados insalubres, realizando controle de vacinas, organizando um quadro de registro de doenças, enfim práticas de controle da população pobre (FOUCAULT, 1979).

Nesse sentido, essas práticas médicas desenvolvidas na Inglaterra se direcionavam a controlar a saúde e o corpo dos pobres para torná-los aptos ao trabalho e reduzir a possibilidade dos mesmos oferecerem perigo aos ricos (FOUCAULT, 1979).

Estes apontamentos trazidos por Foucault (1979) mostram que através da medicina toda uma normatividade sobre a saúde, higiene foram produzidos, que possibilitaram a organização dos espaços públicos e privados, o desenvolvimento de políticas públicas, campanhas simultaneamente ao disciplinamento e adestramento dos corpos, controle das condutas e gestão da vida.

As prescrições detalhadas de cuidado com o corpo e com a casa neste manual se colocam como estratégias de controle individual e coletivo dos comportamentos, que são apresentados através dos hábitos de higiene como condição indispensável para a conservação da saúde e vigor do corpo.

Álbum 1

“A família e a gestante precisam ter acesso a um ambiente limpo para garantir sua saúde e desenvolvimento” (p.13).

“Para prevenir muitas doenças são importantes estes hábitos de higiene: Tomar banho todos os dias. Lavar os cabelos com frequência. Escovar os dentes pela manhã, após as refeições, depois de comer doces e antes de dormir. Lavar as mãos, com sabão, antes das refeições, antes de mexer em alimentos e depois de usar o sanitário. Lavar as roupas com água e sabão. e lavar o sanitário e as latrinas. Manter a casa arejada” (p.14).

“Manter a casa limpa e viver num ambiente saudável é fundamental para uma vida saudável” (p.14).

“Manter a casa limpa, fazer a higiene do corpo e das mãos, lavar alimentos e utensílios evitam doenças, como verminoses e diarreias” (p.14).

“O bebê precisa de um lugar seguro e limpo e de roupa de cama e banho só pra ele” (p.22).

Álbum 2

“A casa deve ser limpa e o local onde o bebê fica deve ser seguro e bem arejado” (p.12).

“A higiene proporciona conforto, bem-estar e protege o bebê de doenças” (p.20).

“Os cuidados com a higiene dentro e fora da casa previnem muitas doenças. Por isso, a limpeza é importante para toda a família e, principalmente, para a saúde do bebê” (p.22).

“Cuidados em casa:

- Varrer o chão, seja de terra batida, cimento, cerâmica, madeira.
- Retirar a poeira com pano úmido.
- Lavar sempre as mãos, alimentos e utensílios de cozinha.
- Abrir portas e janelas para arejar.
- Colocar roupas ao sol.
- Manter os animais fora de casa” (p.22).

Álbum 3

“Tanto a higiene de casa quanto da comunidade são importantes para a vida e a saúde de todos” (p.18).

“Os cuidados de higiene são muito importantes para a saúde do bebê” (p.18).

“A higiene dos ambientes é muito importante para a saúde do bebê e da família” (p.18).

“A limpeza do ambiente traz bem-estar para a família e evita doenças” (p.18).

Álbum 4

“Os hábitos de higiene com o corpo, com a casa e na comunidade são importantes para a saúde e a qualidade de vida” (p.11).

“A casa precisa ser limpa diariamente” (p.11).

Álbum 5

“A criança desenvolve-se melhor e adocece menos num ambiente limpo” (p.16).

“A família deve preservar o ambiente; manter limpa e organizada sua casa; tratar bem os animais e plantas; colocar o lixo em local adequado; usar água sem desperdício. Isso tudo mostra para a criança que ela também é responsável e pode fazer muito pelo ambiente em que vive.” (p. 17).

“Para proteger as crianças dos vermes é preciso: Lavar as mãos antes de preparar e comer os alimentos e depois de usar o banheiro. Não deixar que as crianças façam

cocô e xixi no quintal. Manter os animais domésticos limpos e medicados contra os vermes. Que cada pessoa tenha sua própria toalha” (p. 19).

Desta forma, o corpo disciplinado e o espaço da casa organizado a partir das práticas de higiene que são apontadas no manual possibilitam gerir a população em seus detalhes (FOUCAULT, 1979).

4.1.3 – A AMAMENTAÇÃO

A prática do aleitamento não se constituía como um imperativo à mulher do século XVII. As mulheres das classes ricas comumente enviavam seus filhos às amas de leite, os entregavam aos cuidados de governantas e preceptores ou ainda os enviavam para colégios internos. As mesmas não estavam dispostas a abrir mão de vida social para a criação dos filhos (BADINTER, 1985).

O primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Para explicar esse ato antinatural, as mulheres dos meios abastados invocaram certo número de argumentos que tinham por finalidade menos justificar sua ação do que desculpar sua inação. Outras, não obstante, dirão claramente as coisas, ou seja: isto me aborrece e tenho coisa melhor a fazer (BADINTER, 1985, p. 95).

O envio de crianças às amas de leite também se disseminou entre as outras classes sociais, se configurando como uma prática adotada pelas famílias em geral. A retirada das crianças do convívio familiar e seu envio para as amas de leite, onde permaneciam até os seis anos de idade, se tornava cada vez mais comum (MARCELLO, 2005; CANDOÁ, 2010).

Outra prática que se disseminava era o abandono de crianças na Roda dos expostos. Esse dispositivo tinha:

[...] uma forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local sem ser identificado (MARCÍLIO, 2011, p. 57).

Geralmente, as Rodas estavam presentes em instituições como hospitais e casas de saúde. Nesses espaços, as crianças eram deixadas para serem criadas por freiras e religiosas que ali trabalhavam (MARCELLO, 2009). No entanto, as precárias condições dessas

instituições, a ausência de condições econômicas para o sustento dos abrigados, o constante uso e exposição de crianças às Rodas desencadearam processos de alto índice de mortalidade infantil. Além disso, as amas de leite não dispunham de condições para administrar de forma eficaz o cuidado daquelas crianças que lhes eram confiadas (MARCELLO, 2009). O fator introduzido como relevante na perspectiva da mortalidade infantil no século XVIII foi a questão de como a alimentação da criança era realizada.

A criança do século XVIII é mais ou menos bem alimentada segundo seja amamentada pela mãe, entregue a uma ama pelos pais ou aleitada por uma ama num asilo. Em regra, as crianças que a mãe conservava e amamentava morrem duas vezes menos do que as que ela própria entrega a uma ama de leite (BADINTER, 1985, p. 138).

Por este motivo se percebe o desenho de um cenário em que a prática da amamentação por parte da própria mãe vai ser colocada como relevante para a sobrevivência da criança. É para responder a essas questões que a amamentação emerge como uma estratégia de moralização e de constituição de um “sujeito materno”. Nesse sentido,

Veremos que se tornará necessário, no final do século XVIII, lançar mão de muitos argumentos para convocar a mãe para a sua atividade “instintiva”. Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até mesmo ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutrícia e maternante, dita natural e espontânea (BADINTER, 1985, p. 144).

Diante desse novo imperativo, de garantir a sobrevivência das crianças “[...] não tanto o segundo período da infância (depois do desmame), mas a primeira etapa da vida que os pais se haviam habituado a negligenciar, e que era, não obstante, o momento e maior mortalidade” (BADINTER, 1985, p.146), que muitas publicações passaram a ser produzidas, e nelas sempre era recomendando que as próprias mães cuidassem de seus filhos, e que os amamentasse.

Estas publicações recorriam à ideia da espontaneidade do amor da mãe pelo filho, que desencadearia um processo natural de cuidado. Para Badinter (1985), essas publicações engendram e colocam em funcionamento o que a autora chamou de “mito do amor materno”. Esse amor passa a ser exaltado “[...] como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade” (BADINTER, 1985, p. 146).

Cabe ressaltar que a produção dos discursos que naturalizam a maternidade como algo inerente à condição feminina, dizem respeito a urgências históricas específicas (SANTOS, 2006) e que estão inseridas no processo de medicalização da família. O amor

materno, para além de um suposto instinto natural, configura-se como efeito de uma construção social e cultural (BANDITER, 1985), fundamentada no pressuposto da maternidade como ideal máximo da mulher (BORSA e FEIL, 2008).

A exaltação do aleitamento materno se configurou como uma estratégia médico-higienista de controle e moralização da família (DONZELOT, 1980; BADINTER, 1985). A partir do século XVIII, ocorreu uma reorganização das práticas de cuidado das crianças. A emergência da família nuclear, a saúde da criança como objetivo maior dos pais, a difusão de uma nova forma de pensar o cuidado priorizando a relação entre mãe e criança são efeitos disso.

Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita. Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos (BADINTER, 1985, p. 179).

Outra estratégia para que a amamentação fizesse parte do cotidiano da mulher moderna diz respeito aos elogios realizados à beleza das lactantes. Quando os argumentos para que a mulher amamentasse como a obtenção da saúde, a exaltação de sua beleza, promoção da felicidade e obtenção de uma suposta glória, não era suficiente recorria-se ao argumento da ameaça (BANDITER, 1985).

A mãe que se negava a amamentar ficaria suscetível à vingança da natureza, ou conforme era apontado pelos médicos da época correria o risco de morrer (BANDITER, 1985). No Brasil, foi somente no século XIX que a questão da amamentação foi olhada de modo mais cuidadoso pelo fato de esse ato influenciar na própria sobrevivência da criança de elite.

O discurso médico condenou as mulheres herdeiras dos costumes coloniais, em que se preocupavam em demasia com bailes, festas, diversões e não davam importância para a amamentação de seus filhos. Deste modo, os médicos higienistas afirmavam que a mulher, negando-se a amamentar, estaria negando a sua suposta “natureza” de mãe. (COSTA, 1979).

Esta ideia de negação da natureza era justificada “em primeiro lugar, porque se conduzia de modo contrário a todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo lugar porque contrariava sua outra vocação – natural -, a de ser mãe, conforme figurino higiênico” (Ibidem, p. 257).

Os higienistas se utilizavam desses discursos para impor prática da amamentação às mulheres de elite, afirmando que sem a amamentação, não haveria amor da mãe por seus filhos e que essas mulheres se comparariam às feras, seriam mães “desnaturadas”.

A amamentação se constituía como uma estratégia de fazer a mulher “[...] preencher o tempo com uma tarefa útil e absorvente, livrando-a dos perigos do ócio e dos perigos nefastos à moral e aos bons costumes familiares” (COSTA, 1979, p.258-259). Desta forma, a coerção higiênica em prol da amamentação objetivava não apenas a conservação da vida e saúde das crianças, mas também regular a vida das mulheres e a ela confiar à harmonia e manutenção da unidade familiar (COSTA, 1979). Assim, ao governar as mulheres, tornou-se possível realizar também o governo das crianças, utilizando tecnologias de poder constantemente direcionados à família e à sociedade como um todo (FELIPE, 2003). Marcello (2009) destaca ainda que:

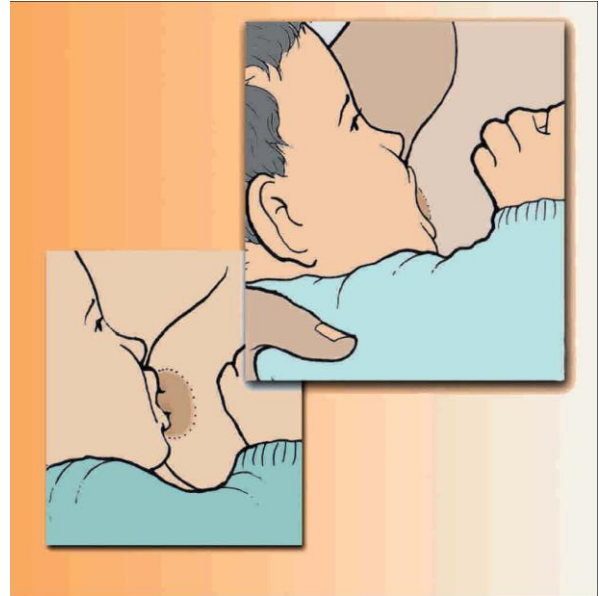
Historicamente e a partir da ciência da época, o controle, o detalhamento e a minúcia de elementos do corpo feminino fizeram com que fossem promovidas condições de possibilidade concretas para instituir a maternidade como uma finalidade biológica e fazer com que o sujeito-mulher dialogasse e interagisse com o sujeito-mãe – o que marca de forma indelével a concepção de maternidade que perdurou durante o século XIX e que persiste até hoje (p. 230).

Todos esses apontamentos levam a afirmar que estes discursos são atualizados no documento do UNICEF: Kit Família Brasileira Fortalecida. Neste documento o leite materno é ressaltado como principal alimento para o desenvolvimento saudável do bebê e principal ferramenta de combate à mortalidade infantil e de doenças que atingem prioritariamente a infância.

A amamentação é destacada como um acontecimento para além do aspecto nutricional. É apontada como necessária para a construção e fortalecimento de laços afetivos. Segundo este documento, ela se configura como ato de proteção da infância frente aos males que a afligem.



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 1

Para, além disso, se delineia como uma estratégia que emerge dentro de relações de saber-poder, onde estão sendo criados modelos de ser “mãe”. A amamentação se constitui neste documento como uma prática que é disciplinada, almejando o governo das condutas maternas “[...] a serviço de uma biopolítica que visa assegurar a saúde do bebê” (SANTOS, 2009, p. 133).

Álbum 1

“A amamentação supre todas as necessidades do bebê nos primeiros seis meses de vida. Ela reforça os laços afetivos da mãe com o bebê e contribui para o desenvolvimento físico e mental da criança” (p.14)

“O leite materno protege o bebê contra doenças. É limpo e não dá trabalho para preparar, pois já está pronto.” (p.14)

“Criança amamentada desenvolve-se mais rápido, cresce inteligente e saudável.” (p.14)

“A amamentação ajuda o útero a voltar ao seu tamanho normal”. (p.18)

Álbum 2

“Se possível, outra pessoa da família deve cuidar do dia-a-dia da casa para que a mãe possa tocar, amamentar, cuidar e ficar perto do bebê.” (p.1)

“O aleitamento materno é essencial para ajudar o bebê a se fortalecer e ficar protegido das doenças.” (p.2)

“Quando o bebê chora, é preciso oferecer logo o peito. Se estiver dormindo por muito tempo, precisa ser acordado para mamar.” (p.17)

“Leite materno é o melhor alimento e protege o bebê”. (p.17)

Álbum 3

“Amamentar o bebê, falar com ele, abraçá-lo, massageá-lo vão ajudar no desenvolvimento do seu cérebro”. (p.3)

“A amamentação pode ser um grande momento de prazer para a mãe e bebê”. (p.8)

“O leite materno é de graça, já vem pronto e quentinho, previne doenças na mãe e no bebê”. (p. 8)

A prescrição da alimentação com leite materno é uma forma de gerir economicamente e politicamente os corpos de mulheres, pois, visa a evitar gastos futuros com doenças em função da aquisição da imunidade e também é gratuito e nutritivo; o que implica em evitar transferência de recursos do Estado em políticas sociais para as famílias empobrecidas. Há também uma implicação biopolítica de controle do corpo da mulher e da criança, em uma presença vigiada bem como em termos de promoção da vida e da saúde, ao visar regular a proximidade de ambos e colocar a mãe como tutora do bebê e educadora atenta e contínua.

4.1.4 - DISCIPLINANDO O CORPO DA MULHER PARA PRODUZIR A SAÚDE DA CRIANÇA

A construção da imagem feminina a partir do século XIX se vinculava e era estabelecida a partir de uma associação entre mulher e natureza. Tal imagem colocava a mulher como um ser naturalmente ambíguo e contraditório (ENGEL, 2008).

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe [...] (ENGEL, 2008, p. 332).

Desta forma, os comportamentos que se desviavam deste papel social eram vistos como estranhos à própria natureza da mulher. Essa justificativa criou espaço para que o corpo e a sexualidade feminina passassem a se constituir como alvo de intervenções normalizadoras principalmente por parte dos médicos e dos psiquiatras (ENGEL, 2008). A sexualidade enquanto objeto de práticas de disciplinamento e regulamentação, lócus de entrecruzamento entre corpo e população, se tornou o foco central da gestão da vida (FOUCAULT, 1999).

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de poder-saber (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Para Foucault (1988), nas relações de poder, a sexualidade não se configura como a parte mais inflexível, pelo contrário, seria a parte que detém uma maior instrumentalidade, haja vista que a partir dela se pode realizar um maior número de manobras, pode se constituir como ponto de apoio e de ligação entre as mais diferentes estratégias. Neste sentido, uma das vertentes pelas quais foi possível construir dispositivos de poder-saber a respeito do sexo foi através da *histerização do corpo da mulher*, que desencadeou um:

[...] tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado - como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação); a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais visível desta histerização (FOUCAULT, 1988, p. 115).

O corpo da mulher, sua natureza e sua sexualidade a coloca em um lugar de predisposição a desenvolver doenças mentais sendo que a menstruação, a gravidez e o parto se constituiriam como “[...] os aspectos essencialmente priorizados na definição e no

diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo específico às mulheres” (ENGEL, 2008, p. 333).

A maternidade, que era tida como a real essência da mulher, era apresentada como a única possibilidade de livrar a mulher desses males, já que “[...] somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos *lodos do pecado*” (ENGEL, 2008, p. 338).

Esses aspectos foram paulatinamente estabelecendo o que se constituía como normal e patológico no universo da sexualidade feminina (ENGEL, 2008). Verifica-se que na atualidade, o corpo e a sexualidade continuam se constituindo como objeto de controle. No que se refere à mulher, podemos evidenciar este controle quando pensamos em questões relacionadas à reprodução, a maternidade.

Produz-se a gestão do sexo das mulheres por meio de práticas de saúde, sem deixar que elas escapem à lógica de que elas são mulheres-mãe (FRASSÃO, 2008). Constatase que o corpo feminino aparece neste documento do UNICEF distribuído e ajustado ao espaço doméstico, e sua utilidade aparece atrelada somente ao cuidado com a casa e com os filhos. Esse manual exalta o confinamento na casa e às tarefas domésticas como algo intrínseco e natural a natureza feminina e que esta disciplina no cuidado proporciona o desenvolvimento saudável da criança.



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 1



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 1



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 2



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 3

Compreende-se que este documento também atualiza o discurso moral que orientou a organização da família brasileira burguesa do século XIX, onde segundo D’Incao: “cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa [...]” (2008, p. 229).

Neste documento ocorre uma medicalização do corpo feminino, este por sua vez, depois de medicalizado, medicaliza sua família. Deste modo, a mulher-mãe ocupa um lugar de intermediação entre o UNICEF e a família. Por isso, até hoje perduram práticas que reduzem necessidade do cuidado com o corpo e com a saúde da mulher a partir da maternidade, já que:

As instituições e os programas que atendem a mulher na lógica da saúde, fundamentadas em programas de prevenção e saúde reprodutiva, numa inscrição e captura do sujeito no jogo da cidadania, utilizam microtecnologias de constituição das subjetividades da mulher/mãe (FRASSÃO, 2010, p. 05).

Vieira (2002) destaca que o corpo feminino tomado apenas como entidade biológica, é que torna possível esse investimento pela medicina criando modelos para a sexualidade e reprodução, mostra que a gestão desse corpo, a partir de uma economia calculada se inscreve como estratégia de controle social.

Álbum 1

“Vá a Unidade de Saúde assim que desconfiar que está grávida” (p. 02)

“A primeira consulta deve ocorrer antes do terceiro mês de gravidez. Quanto antes melhor”. (p. 03)

“Quanto antes começar o pré-natal melhor. Você terá uma gravidez com menor risco. E, se houver algum problema, mais cedo ele será descoberto e tratado”. (p. 03)

“você pode e deve:

- comparecer a todas as consultas do pré natal.
- fazer todos os exames e seguir as orientações.
- evitar bebidas alcoólicas, cigarro, drogas e medicamentos sem receita” (p.05)

“A falta de ferro no organismo da mãe prejudica o desenvolvimento do bebê”. (p.11)

“O que eu faço para preparar o peito? Sempre que possível, tome banho de sol no início da manhã ou final da tarde, com os seios descobertos ou banho de luz com lâmpada incandescente de 40W, numa distância de um palmo. Isso fortalece o mamilo e a parte escura do peito e ajuda a evitar as rachaduras”. (p. 16)

Álbum 2

“A mulher precisa se alimentar bem, tomar mais líquidos e descansar mais para recuperar as forças, produzir leite e cuidar do bebê.” (p. 04)

“O melhor para o bebê é ser cuidado pela mãe.” (p.11)

“Na hora do banho, a mãe deve: Segurar o bebê para que ele não se assuste e não escorregue; Começar pelo rosto e cabecinha; Usar pouco sabonete para não irritar os olhos e a pele do bebê; Secar bem as dobrinhas do pescoço, bumbum, pernas e braços, com pano limpo e macio, para evitar assaduras; e Não usar talco. Pode pausar alergia e problemas nos pulmões do bebê.” (p.20).

Álbum 3

“Para ficar bem protegido, o bebê precisa tomar todas as vacinas indicadas para a sua idade”. (p. 21)

“A limpeza da boca do bebê é muito importante para retirar os restos de leite e impedir o crescimento dos micróbios da cárie”. (p. 28)

Álbum 5

“A criança terá dentes fortes e saudáveis se os cuidados começarem ainda na gestação”. (p.20)

Cabe destacar que esta problematização não desconsidera as positivities desta relação de saber-poder que atravessa o corpo da mulher, mas sim visa questionar os efeitos de tais práticas. Se por um lado há a produção de saúde da mãe e de seu filho, por outro, este documento opera como dispositivo de controle dos corpos para práticas de cuidado. Desta forma, entende-se que quanto mais proteção, mais exaustivo é o controle desses corpos.

4.1.5 - COMO SE ALIMENTAR?

A comida se tornou um importante elemento no que diz respeito às preocupações com o corpo e com a saúde dos indivíduos (RICHTER e VAZ, 2011).

[...] a comida se tornou uma questão mais complexa do que nunca: se, por um lado, os riscos alimentares vão dos OGM (organismos geneticamente modificados) à introdução de hormônios nas diversas carnes, passando pelo uso de agrotóxicos em frutas e verduras, por outro, as escolhas parecem não ter fim: alimento orgânico, comida vegetariana, produtos importados, vendidos e servidos em supermercados, lojas especializadas, restaurantes à La carte, por quilo... muitas vezes não sabemos mais se estamos numa farmácia ou numa mercearia (SANT'ANNA, 2003, p. 50-51).

O que se pode perceber, na atualidade é que a alimentação tem se constituído a partir de práticas que buscam potencializar a vida somente em seu aspecto biológico (RICHTER e VAZ, 2011). Desta forma, o corpo se constitui como uma máquina cujo bom funcionamento está associado além de práticas de higiene e exercícios, com relação à alimentação. Esta passa a compor “[...] um conjunto de dispositivos de controle sobre o corpo que se estruturam como intervenção racional-mecanicista, científica [...]” (RICHTER e VAZ, 2011, 492).

A ingestão de determinados nutrientes, na perspectiva da alimentação saudável, se constitui como imperativos ao funcionamento das funções fisiológicas e bioquímicas do corpo biológico humano. A regulamentação da vida pela alimentação:

[...] permite recuperar o corpo e se imbrica com a complexidade das regras culturais reguladoras da satisfação das necessidades fisiológicas, moldando as escolhas alimentares, os momentos e os tipos de comida adequados às ocasiões de consumo [...] (CANESQUI, 2005, p. 192).

A ingestão de uma alimentação saudável pauta-se em uma perspectiva de seguir normas que definem aquilo que é necessário para a saúde do corpo, governando os comportamentos alimentares. Nesse sentido, Garcia (2005) aponta que:

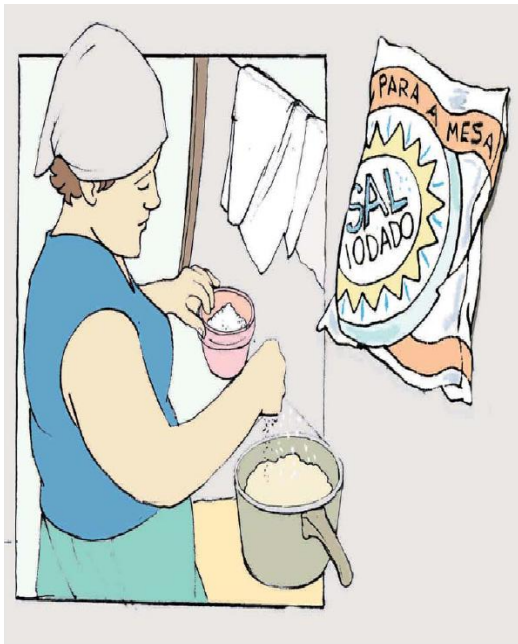
Já não é mais sem culpa que nos sentamos à mesa para desfrutar da comida. Na medida em que a alimentação, como prática que embute a condição social, a cultura e a psicologia no mesmo ato biológico de sobrevivência, passa a se integrar à lógica da medicalização, o universo que a circunda será reorganizado segundo essa matriz (p. 211)..

A alimentação aparece no Kit Família Brasileira Fortalecida como mais um elemento pelo qual o cuidado/controle dos corpos para a produção da saúde acontece. Ele

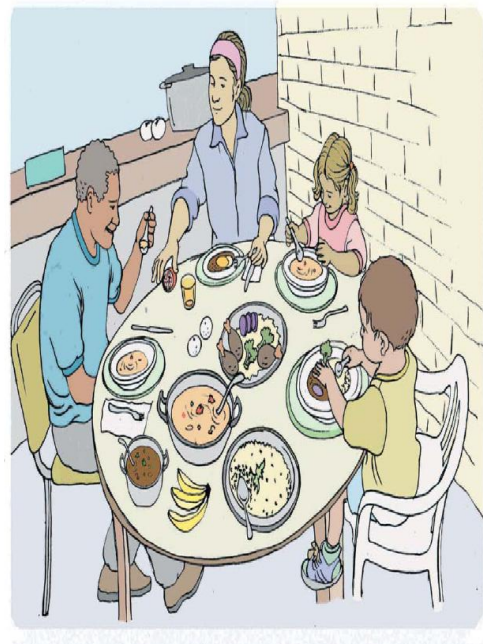
prescreve o que se configura como alimentação saudável e como ela deve ser feita. Além disso, para que criança cresça e se desenvolva em um ambiente que tenha uma definição de comportamento alimentar o documento sugere a criação de horário para a alimentação visando estabelecer para a família uma rotina.



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 1



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 4



Kit Família Brasileira Fortalecida, álbum 5

Disciplinar o horário das refeições se constitui como uma estratégia que visa forjar e controlar o uso qualitativo do tempo familiar. Nesse sentido “o tempo penetra o corpo, e com ele todos os controles minuciosos do poder” (FOUCAULT, 2008, p. 129).

O UNICEF enfatiza neste manual que, além do aspecto nutricional, o momento da alimentação aparece como momento em que a intimidade familiar pode ser reforçada. Esse ideal de que a convivência familiar pode ser potencializada no momento da alimentação também se constitui como um mecanismo disciplinar que estabelece padrões para a família seguir.

Álbum 1

“É importante que a família tenha momentos de encontro. A hora das refeições pode ser um desses momentos”. (p.1)

“Comer muito não quer dizer comer bem. Uma boa alimentação precisa ser variada, à base de leite, frutas, vegetais, carne, peixe, ovos, arroz, feijão, batata, mandioca, milho, pão, para suprir as necessidades nutricionais”. (p. 9)

“Comer sempre que puder, frutas, legumes e verduras, arroz, feijão, milho, mandioca, carne, peixe, ovos, e beber leite.” (p. 9)

“É preciso comer alimentos ricos em ferro, como fígado, carnes, ovos, feijão, gergelim, lentilha e verduras verde-escuras, pinhão, arará, algaroba, caruru ou bredo. Limão, laranja, caju, goiaba, manga, acerola ajudam o organismo a aproveitar o ferro dos alimentos”. (p. 11)

Álbum 3

“A nova alimentação traz mudanças na rotina da família”. (p. 24)

“O bebê precisa comer alimentos limpos, frescos e variados, além do leite materno”. (p. 24)

“A hora da comida é um bom momento para reunir a família e conversar com a criança”. (p. 26)

Álbum 4

“É importante que a criança participe das refeições junto com a família e tenha seu próprio prato e talher”. (p. 08)

“A criança alimenta-se melhor se a refeição é feita junto com a família, sem brigas ou distrações, como televisão ligada” (p. 08)

“A criança aprende a ter uma alimentação saudável com seus familiares. É importante também que a família procure ter hábitos saudáveis”. (p. 08)

Gerir a alimentação e a maneira dela acontecer no interior da família implica em governar condutas em detalhe, na minúcia do ato cotidiano e rotineiro dos corpos, mas também é um modo de administrar a população em termos de saúde coletiva e fomentar o controle de doenças, no âmbito da promoção de saúde, pois é uma ação preventiva da desnutrição infantil, fator de impacto na mortalidade de crianças e também ligado à segurança

alimentar. Há aspectos econômicos e políticos nesta gerência da alimentação em função da economia de gastos com saúde na rede de atendimento pública e porque corpos nutridos trabalham com mais vigor e ficam menos doentes.

4.2 - A VISIBILIDADE E A DIZIBILIDADE DAS ANÁLISES

As práticas de cuidado prescritas no “Kit Família Brasileira Fortalecida” visam produzir uma criança governada por meio de sua família com parâmetros de salvação da saúde e lançando mão de racionalidades dos saberes que toma como evidência inquestionável. Trata-se dos efeitos de verdade na esfera das relações de poder que hierarquizam os saberes e os recortam e legitimam como práticas de gestão da vida e do corpo espécie biológica e na racionalidade da cultura e da economia política.

Para alcançar este objetivo, este manual do UNICEF aponta como necessário um conjunto de regras que padronizam comportamentos e hábitos. Assim, percebeu-se que a exaltação dos cuidados recomendados como supostamente “normais”, a partir da higiene, da disciplina com o corpo, da amamentação e da educação das famílias possibilita intervir na condição de vida das populações, em nome do bem-estar da sociedade, o que assinala para uma positividade das relações de saber-poder propostas pelo UNICEF; porém, trazem junto receitas prontas e universalizam maneiras de viver e de agir, o que as tornam problemáticas e alvo de interrogação.

A cartografia efetuada nos possibilitou pensar as táticas e estratégias que neste documento estão materializadas e que promovem o governo das condutas de pais e mães em relação aos filhos, em termos de saberes das psicologias do desenvolvimento, em especial, neuropsicologia, da medicina social, da pediatria, da pedagogia das competências, do direito público e do serviço social.

O UNICEF age em parceria com uma ampla rede de instituições, equipamentos, órgãos governamentais e não governamentais, afirmando a família como base da sociedade de maneira causal e determinista e prescreve a ela o lugar essencializado de cuidado e proteção dos direitos, minimizando a responsabilidade de outras instituições e do Estado, apesar de cobrar também estes aparatos, acaba por atribuir à família a culpa e a maior obrigação frente à garantia de direitos de crianças.

Ainda vale dizer que o UNICEF defende ações assistencialistas mescladas às caritativas, filantrópicas e tutelares com as higienistas e estatais com o uso de tecnologias disciplinares, biopolíticas, de soberania e de segurança; combina controle com proteção em escalas locais, regionais, nacionais e internacionais em nome do que designa como missão humanitária e diplomática de forjar a paz mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é o valor principal de uma experiência de escrita: não contribuir para constatar uma pressuposta verdade, mas sim transformar a relação que temos conosco mesmos, ao transformar a relação que mantemos com uma verdade na qual estávamos comodamente instalados antes de começar a escrever (KOHAN, 2003).

É intrigante ver a produção massiva de documentos, em formato de revistas, livros, folhetos, cartilhas e manuais, que capturam o olhar por se proporem a ensinar uma forma considerada adequada de cuidado das crianças e da família. Estas produções são inscritas em uma lógica matemática, como se bastasse seguir determinada receita, obedecer a um determinado número de precauções, para se obter a fórmula de uma família feliz e saudável.

Questionar esses pressupostos vinculados a esse tipo de documento, produtor da família perfeita que garante a saúde da criança, implica em promover rupturas e historicizar como em nossa sociedade esses conceitos/objetos são forjados. Foi a partir destas inquietações, instigadas a partir das leituras do pensamento ético-político de Michel Foucault, que se propôs a debruçar sobre esse tipo de documento que se constitui como instrumentos para o governo das condutas dos indivíduos.

O documento que foi escolhido para a realização dessa pesquisa, o Kit Família Brasileira Fortalecida se estabelece como um manual que prescreve e normaliza como o cuidado deve acontecer, de maneira detalhada, disciplinarmente. Simultaneamente, o kit opera na gestão do corpo da população e recorta o segmento da família pobre como foco a governar como espécie biológica e cultural, em termos de biopolítica.

Principalmente a partir da analítica de poder efetuada por Foucault, foi possível evidenciar que neste documento ocorre a disciplinarização da família no intuito de regulá-la numa lógica biopolítica: investir no cuidado da família constitui como um elemento estratégico para o governo da população:

A infância e a família inserem-se como temas capitais na problemática da governamentalidade. No desenvolvimento de uma razão governamental, a emergência das ciências médicas e psicológicas, sobretudo através da medicalização a família, permite conceber a criança infância dentro de um processo de gestão racionalizada, como um problema que suscita cálculos, controles e dispositivos de segurança (ARAÚJO, 2010, p. 148).

Esta dissertação, ao problematizar a atuação do UNICEF no Brasil, a partir do documento chamado Kit Família Brasileira Fortalecida, pôde dar visibilidade às relações disparadas de saber-poder-subjetivação. Este documento produzido a partir da racionalidade de uma governamentalidade neoliberal articula práticas de cuidado da infância que toma a família como responsável pelo êxito ou fracasso da saúde da criança

Por meio das análises realizadas foi possível notar que a atuação do UNICEF com o público a que se dirige é da ordem das relações de poder, da ordem da prescrição, uma vez que produz modos de gestão da infância e da adolescência, produz maneiras de cuidar e proteger estes corpos (LEMOS, 2009).

A pesquisa tomou como ponto de partida que os objetos infância e família são fabricações. As objetivações destes conceitos pelo UNICEF ao mesmo tempo, que articulam práticas históricas que definem a infância como fase do desenvolvimento particular, momento propício para o investimento pedagógico e a família, como espaço privado a proteção da infância é atravessada pela racionalidade neoliberal, que pensa as ações dirigidas à infância como investimento em capital humano.

Neste sentido, a proteção à família e à infância é vista economicamente e politicamente como dispositivo de segurança, pois também está relacionada à prevenção de qualquer ameaça futura de perigos e de riscos que coloquem a segurança da nação em xeque ou em problemas diplomáticos por guerra civis, expansão de violências variadas, fome e revoltas vinculadas à mesma, desemprego e dependência de políticas compensatórias, baixa escolaridade e adoecimento crônico.

Há uma preocupação com a promoção de direitos, defesa e garantia dos mesmos pelo UNICEF, mas há também um olhar desenvolvimentista, pautado em uma economia política mundializada e de acordos multilaterais que operam análises das balanças comerciais, dos equilíbrios e desequilíbrios entre as nações, de preocupações com a paz internacional, com a prevenção das guerras, com a coesão social em nome do mercado livre e sem monopólios, de uma família que capitalize seus cuidados e medicalize seus filhos em nome da força do país e da ordem e progresso da sociedade brasileira.

Esta dissertação traz um conjunto de contribuições que outros estudos poderão trilhar e ir além, aprofundar e esmiuçar, ampliar e analisar com enfoques e recortes específicos dos documentos produzidos pelo UNICEF a respeito da família e dirigidos às crianças e aos adolescentes, no país.

Assim, este trabalho visou assinalar inquietações iniciais e a disparar problematizações de práticas supostamente naturais e que pretensamente seriam apenas

cuidados inclusivos no campo dos direitos humanos. Mas, apesar da positividade das mesmas, colocam-se em questão os controles finos e amplos que tais práticas acionam e os mecanismos outros que entram em jogo na cena internacional por meio de diversos e múltiplos interesses de organismos multilaterais e dos países integrantes do sistema ONU que extrapolam o plano da garantia e defesa de direitos.

Desta forma, o fortalecimento das famílias proposto a partir desse documento se constitui como estratégias que sustentam as práticas de poder-saber e que produzem o assujeitamento dos indivíduos.

As famílias são fortalecidas e simultaneamente governadas.

Procurou-se mostrar que esse governo acontece a partir da combinação de mecanismos disciplinares e regulamentadores, que Michel Foucault estudou.

Ressaltou-se que neste trabalho não se pretendeu discutir em maior profundidade as políticas públicas para a família e infância, mas trouxemos alguns elementos para sinalizar que as práticas do UNICEF atravessam não somente os indivíduos, mas também as ações do Estado brasileiro.

Entende-se que podem ter ficado algumas lacunas nesta pesquisa, que neste momento não se pôde dar conta de serem discutidas, mas espera-se que elas possam disparar novas inquietações e produções.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ARIÈS, P. História Social da criança e da família. Trad. Dora Flaksman. 2. Ed. Rio de Janeiro: LCT, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano de metas compromisso todos pela Educação - guia de programas**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº8.742, de 07 de setembro de 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm > Acesso em: 12 jan. 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm > Acesso em: 12 dez 2011.

BOARINI, M. L. (Org.). **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003.

BOUYER, G.C. **O método da genealogia empregado por Foucault no estudo do poder-saber psiquiátrico**. *Memorandum*, n.16, p. 64-76. Disponível em < <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a16/bouyer01.pdf> > Acesso em: 17 nov. 2010.

BRUSCHINI, C. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N. (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997).

BULCAO, I.; NASCIMENTO, M. L. **O Estado protetor e a “proteção por proximidade”**. IN: NASCIMENTO, M. L. (Org.). **PIVETES: a produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2002.

BURKE, P.. **A Revolução Francesa da Historiografia: a escola dos Anales (1929-1989)**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

CAMPOS, R. A educação das crianças pequenas como estratégia para a contenção da pobreza: análise de iniciativas dos organismos internacionais em curso na América Latina. **Práxis educativa** (UEPG. Online), v. V.4, p. 29-39, jan/jun 2009. Disponível em < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/468/469> > Acesso em: 20 mai. 2010.

CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F. A educação das famílias pobres como estratégia política para o atendimento das crianças de 0 - 3 anos: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida. **Pro-Prosições**. Campinas, vol.20, n.1, pp. 207-224, jan./abr. 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pp/v20n1/v20n1a12.pdf> > Acesso em 03 out. 2009.

CAMPOS, R.; CAMPOS, R. F. A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS PEQUENAS COMO ESTRATÉGIA PARA O "ALÍVIO" DA POBREZA. **Inter-ação** (Goiânia), v. 33, 2008. Disponível em < <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5265/4669> > Acesso em 03 out. 2009.

CANDOÁ, E.. “Amamentar é educar para a vida?!?!”: a produção da maternidade contemporânea nas campanhas da amamentação. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre: PUCRGS, 2010.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**. n.11, jan/abr 2010. Disponível em < <http://www.revistafilosofia.unisinos.br/pdf/169.pdf> > Acesso em 11 jun 2010.

CANESQUI, A. M.. Mudanças e Permanências da Prática Alimentar Cotidiana de Famílias de Trabalhadores. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W.D. (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

CARVALHO, I; ALMEIDA, P. Família e Proteção social. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, 17 (2), 2003, p. 103-114. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf> > Acesso em 10 ago. 2009.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CECCHIN, Cristiane. Imagens de família para a *Vida do Bebê*: representações discursivas em um Manual de Puericultura: as figuras do pai e da mãe (A Vida do Bebê – Dr. Rinaldo De Lamare). In: FAZENDO GÊNERO 8 – corpo, violência e poder. Florianópolis: 2008. Disponível em < http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST68/Cristiane_Cecchin_%2068.pdf > Acesso em 02 mai. 2010.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. Jovens Pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. & IULIANELLI, J. (orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CORRÊA, C. H. A. **A história cultural e as possibilidades de pesquisar a leitura** - Notas de Estudo. Disponível em < http://www.leituracritica.com.br/pag_arquivos.htm > Acesso em: 27 out. 2010.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

CUNHA, M. T. S.. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal. (1920-1960). In: Comunicação Coordenada: De cor e salteado para ver e viver: lições em

manuais do século XIX e XX. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia – MG. 17 – 20 de Abril de 2006. Disponível em < <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/29MariaTeresaSantosCunha.pdf> > Acesso em: 28 nov. 2010.

CUNHA, S. R. V.. Infância e Cultura Visual. In: **31 reunião da ANPED**, 2008, Caxambu. Constituição Brasileira, Direitos Humanos e Educação. Rio de Janeiro : Associação Nacional de Pesquisadores em Educação, 2008.. Disponível em < http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/4sessao_especial/se%20-%2006%20-%20susana%20angel%20vieira%20da%20cunha%20-%20participante.pdf > Acesso em 30 nov. 2011.

_____. Cenários da educação infantil. **Educação e Realidade**. v. 30, 2005. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/educacaoe realidade/article/view/12451/7365> > Acesso em 30 nov. 2011.

D'INCAO, M. A. (org.). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, M.D. (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. Lisboa: Veja, 1993.

FALEIROS, V.P.. Infância e processo político no Brasil. In: RIZINNI, I; PILOTTI, F. (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

FRASSÃO, M. C. G. O. . Saúde é só para mulher mãe: as políticas públicas em questão. In: Fazendo gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 2010, Florianópolis. Fazendo Gênero 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010. Disponível em < http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278287079_ARQUIVO_SAUDEESOP_ARAAMULHERMAE.pdf > Acesso em 13 fev 2011.

FELIPE, J.. Governando os corpos femininos. **Labrys: estudos feministas**, n.4, ago/dez 2003. Disponível em < <http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/jane1.htm> > Acesso em 15 dez. 2011.

FONSECA, C.. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

FONTENELE, I. C. . A família na mira do Estado: proteção ou controle? In: III Jornada Internacional em Políticas Públicas, 2007, São Luís-MA. III Jornada Internacional em Políticas Públicas, 2007. Disponível em < <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/b114935c66b53205e0ffIolanda.pdf> > Acesso em: 13 jan. 2010.

FONSECA, M. A.. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

_____. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, M. Aula de 17 de março de 1976. In: **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008a.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e Trad.: Roberto Machado. 26.Ed .Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 18.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Tradução, Andréa Daher, consultoria, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P.. **Michel Foucault. Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Conferência I. In: **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. O cuidado com a verdade. In: **Ditos e escritos**. Vol. V: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Ditos e escritos**. Vol. IV: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FULLGRAF, J. B. G.. **O UNICEF e a Política de Educação Infantil no Governo Lula**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUCSP, 2007.

GARCIA, R.W.D. Alimentação e Saúde nas Representações e Práticas Alimentares do Comensal Urbano. In: CANESQUI, A. M.; GARCIA, R.W.D. (org.). Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

GÉLIS, J. A individualização da criança. In: CHARTIER, R.(Org.). **História da vida privada 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GENTILI, P. **A falsificação do Consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GUARESCHI, N.M. F.; LARA, L.; ADEGAS, M. A. Políticas públicas entre o sujeito de direitos e o *homo oeconomicus*. Psico, v. 41, n.3, jul/set 2010. Disponível em < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/8163/5854> > Acesso em 27 jan. 2011.

HUNING, S. M.; GUARESCHI, N. M. F. Infância normal X “infância em situação de risco”: a produção social da diferença. In: II **Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença e mediações**, 2003, Florianópolis - SC. Anais do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais: identidade, diferença e mediações, 2003. Disponível em < http://cce.udesc.br/titosena/Arquivos/Artigos_infancia/Infancia%20em%20situacao%20de%20Risco.pdf > Acesso em 27 jan. 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEMOS, F. C. S. . O UNICEF e as práticas de governamentalidade de crianças e adolescentes no tempo/espaço. **Revista teias (UERJ. Online)**, v. 10, p. 1-19, 2009. Disponível em < <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=443&path%5B%5D=385> > Acesso em: 13 jan. 2010.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JUNIOR, H. R.. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, p. 353-357, 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf> > Acesso em: 20 jun. 2010.

LEMOS, F. C. S. et al. Práticas de governo da família pelo UNICEF no Brasil. **Mnemosine**. Vol. 6, nº1, p.57-70, 2010. Disponível em < <http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/372/666> > Acesso em mai. 2011.

LIMA, A. L. G. . Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. **História. Questões e Debates**, v. 47, p. 95-122, 2007. Disponível em < <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/viewFile/12112/8473> > Acesso em: 21 mar. 2010.

MACHADO, R. B. . Cartilhas sobre políticas de acessibilidade: formas de intervenção na vida da população. In: **17º Congresso de Leitura do Brasil**, 2009, Campinas. Anais do 17º Congresso de Leitura do Brasil. Campinas : Unicamp, 2009. v. Unico. p. 1-5.. Disponível em < http://www.alb.com.br/anais17/txtcompletos/sem03/COLE_3832.pdf > Acesso em: 27 jan. 2010.

MAGALDI, A.M.B.M..**Lições de Casa:** discursos pedagógicos destinados a família no Brasil. Belo Horizonte, MG: Argvmenttv, 2007.

MARCELLO, M. L.. Sobre os modos de produzir sujeitos e praticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Curriculo sem Fronteiras**,v.9, n. 2,jul/dez 2009. Disponível em < <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf> > Acesso em: 23 ago. 2011.

MARCILLIO,. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUCHAIL, S. T. Foucault simplesmente. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MELLO, S. L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002.

MULLER, M. H. **Cuide do seu bebê do nosso jeito:** A CADERNETA DE SAÚDE DA CRIANÇA ou sobre um MODO de FAZER VIVER as CRIANÇAS e se EDUCAR as FAMÍLIAS. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: UFRGS, 2011.

NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E.. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, dez. 2005 . Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v5n2/v5n2a07.pdf> > Acesso em: 13 nov. 2010.

OLIVEIRA, F. A criança e a infância nos documentos da ONU: a produção da criança como 'portadora de direitos' e da infância como 'capital humano do futuro'. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: UFSCar, 2008.

OLIVEIRA, L. de A. Infância pobre no Brasil: a importância dos discursos *psicológicos* nas instituições para menores. **Mnemosine**. Vol. 1, nº0, p.120-130, 2004. Disponível em < <http://www.cliopsyche.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/article/viewFile/230/244> > Acesso em: 10 mai. 2010.

PAULA, R.. O Serviço Social na trajetória de atendimento á Infância e Juventude. São Paulo, Brasil Social, 2001. Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/servicosocial.pdf> > Acesso em: 11 fev. 2007.

PERROT, M.. Funções da família. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada 4:** da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRADO FILHO, K.; TRISOTTO, S. O corpo problematizado de uma perspectiva histórico-política. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 13, n. 1, Mar. 2008. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n1/v13n1a13.pdf> > Acesso em: 11 fev. 2010.

RAGO,M. Efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, Revista Sociol. Usp, São Paulo 7(1-2) 67-82, out de 2005. Disponível em <

<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0712/efeito.pdf> > Acesso em: 13 set. 2010.

RICHTER, Ana C. ; VAZ, Alexandre Fernandez . Sobre a tutela dos corpos infantis na rotina alimentar da creche. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)**, v. 41, n. 143, mai/ago, 2011.

Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a08v41n143.pdf> > Acesso em 13 dez. 2011.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZINI, I; PILOTTI, F. (Orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T.T.. (Org.). **Liberdades reguladas**. A pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M. C. (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

SALIBA, E. T.. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas., In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

SAMARA. E. M. A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANT'ANNA, D. B. Bom para os olhos, bom para o estômago: o espetáculo contemporâneo da alimentação. Revista Pro-Posições, Campinas, SP, v. 14, n. 2, p. 41-52, maio/ago. 2003. Disponível em < <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/41-dossie-santannadb.pdf> > Acesso em 13 dez. 2011.

SANTOS, C. A.. **Toda boa mãe deve...governo de maternidades para a constituição de infâncias saudáveis e normais**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil para a história. Educação e Realidade, 20 (2). jul-dez, 1995.

SILVA JUNIOR, N.G.S.; ANDRADE, A. N.. “É melhor para você!?”: normatização social da infância e da família no Brasil. **Rev. Dep. Psicol.**, UFF, Niterói, v. 19, n. 2, dez. 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n2/12.pdf> > Acesso em 12 dez. 2010.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, L. B.; MIRANDA, L.L.. Produzir subjetividades: o que significa?. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, Rio de Janeiro, n.2. 2 semestre de 2009. Disponível em < <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/pdf/v9n2a10.pdf> > Acesso em 25 nov. 2011.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos brasileiros de psicologia**. vol.58, n.1, 2006. Disponível em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v58n1/v58n1a06.pdf> > Acesso em 13 set.

_____. **O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

STEPHANOU, M. . Saúde, higiene e civilidade em manuais. In: **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, Curitiba/PR. A Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Curitiba/PR : Universitária Champagnat, 2004. Disponível em < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/486.pdf> > Acesso em 03 jun. 2010.

_____. Bem viver em regras: urbanidade e civilidade em manuais de saúde. **Educação Unisinos**. V. 10, nº 1, p. 35-44, 2006. Disponível em < http://www.audiovisual.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/educa_caov10n1/art03_stephanou_educacao.pdf > Acesso em 03 jun. 2010.

TÉTART, P. **Pequena história dos historiadores**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

VAZ, P. Roberto Gibaldi. Corpo e Risco. Fórum Media, Viseu, v.1, n.1, p.101-111, 1999. Disponível em < <http://souzaesilva.com/Website/portfolio/webdesign/siteciberidea/paulovaz/textos/corpoerisc.pdf> > Acesso em: 14 ago. 2010.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEYNE, P.. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Trad: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: UNB, 1998.

VREESWIJK, A. M. D. O braço erguido e a fabricação do gesto: a imagem como dispositivo disciplinar no interior do MST. IN: II ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM, 2009, Londrina. **Anais eletrônicos**. Londrina: UEL, 2009 Disponível em < http://www.uel.br/eventos/eneimagem/anais/trabalhos/pdf/Vreeswijk_.pdf> Acesso em 05 abr. 2010.

UNICEF. Kit Família Brasileira Fortalecida. Disponível em < <http://www.unicef.org.br> > Acesso em: 07 mai. 2009.

UNICEF. Competências familiares na atenção às crianças até 6 anos: avaliação em oito comunidades brasileiras. Disponível em < <http://www.unicef.org.br> > Acesso em: 07 mai. 2009.